

MOVIMENTO

Essa é a alma do
nosso negócio.

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2019



A Iochpe-Maxion é líder global na produção de rodas automotivas e um dos principais produtores de componentes estruturais automotivos das Américas com 32 unidades fabris que se espalham por 14 países, empregando mais de 15 mil colaboradores.

Veja nas páginas seguintes os resultados do nosso movimento.


IOCHPE-MAXION


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
1) VISÃO GERAL DA COMPANHIA

A Iochpe-Maxion é uma companhia global, líder mundial na produção de rodas automotivas e um dos principais produtores de componentes estruturais automotivos nas Américas.

Contamos com 32 unidades fabris, localizadas em 14 países e cerca de 16 mil funcionários, o que nos capacita a atender os nossos clientes ao redor do mundo nos prazos e padrões de qualidade e competitividade exigidos por eles.

Somos uma Companhia que possui alto nível de conhecimento técnico e que busca constantemente fornecer soluções inovadoras nas áreas em que atuamos, utilizando macro-tendências globais para direcionar o desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias de forma independente ou em cooperação com parceiros estratégicos.

Operamos nosso principal negócio por meio de duas divisões: Maxion Wheels e Maxion Structural Components.

Na Maxion Wheels, produzimos e comercializamos uma ampla gama de rodas de aço para veículos leves, comerciais e máquinas agrícolas e rodas de alumínio para veículos leves.

Na Maxion Structural Components, produzimos longarinas, travessas e chassis montados para veículos comerciais e conjuntos estruturais para veículos leves.

Adicionalmente, por meio da AmstedMaxion (negócio em conjunto), produzimos rodas e fundidos ferroviários, fundidos industriais e vagões de carga.

2) MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 foi desafiador para o mercado automotivo global. Observamos uma redução na produção mundial de veículos da ordem de 6,0% em relação ao ano anterior, com quedas na Europa, América do Norte e Ásia. No Brasil, a produção seguiu se recuperando, com um crescimento de 2,3%.

Durante o ano, à medida que as expectativas de volume foram se deteriorando, a Companhia reagiu de forma tempestiva, adequando seu planejamento aos novos volumes esperados. Cabe ressaltar que a diversificação geográfica dos negócios proporciona uma proteção natural e maior estabilidade aos resultados da Companhia.

Mesmo diante das adversidades da indústria, a receita líquida em 2019 teve um aumento de 4,2% atingindo R\$ 10,0 bilhões, com EBITDA de R\$ 1,096 bilhão (expansão de 3,7% em relação ao ano anterior) e margem de 10,9% (comparado a 11,0% em 2018). O lucro líquido atingiu R\$ 337,4 milhões, um avanço de 67,6% em relação ao período anterior, impulsionado por alguns eventos não recorrentes.

Em relação à estrutura de capital, terminamos o ano com um avanço financeiro líquido de 2,2x, mantendo uma trajetória positiva conforme observado nos últimos anos. Continuamos melhorando o perfil do endividamento. Nesse sentido, realizamos duas emissões no mercado de capitais brasileiro, um empréstimo sindicalizado na Europa e uma renegociação de dívida na América do Norte, entre outras transações. Como isso, conseguimos reduzir o custo da dívida, aumentamos o seu prazo médio, e eliminamos as garantias reais de nossos empréstimos.

Apesar dos desafios de curto prazo, mantivemos o foco em 2019 na execução da estratégia de crescimento e diversificação do portfólio. Inauguramos nossa planta de rodas de alumínio na Índia no 3T e, apesar da queda abrupta da produção no mercado de veículos naquele país em 2019, nossa planta iniciou as operações com alta demanda, provando o potencial do investimento e do mercado de veículos na Índia.

Adicionalmente, concretizamos uma nova parceria com a montadora chinesa Dongfeng, criando a Dongfeng Maxion com o objetivo de construir uma planta de rodas de alumínio na China, com volume inicial de 2 milhões de rodas. Também na Ásia, iniciamos o projeto de aumento de capacidade na planta de rodas de alumínio em Saraburi, na Tailândia.

Na América do Norte, finalizamos no 4T os últimos investimentos na nova fábrica de componentes estampados para veículos comerciais no México. Esta nova unidade contribuirá para a diversificação de produtos e crescimento da divisão de Componentes Estruturais.

No campo da inovação, continuamos nossos esforços em desenvolver soluções para o mercado automotivo. Na divisão de rodas, continuamos focando em redução de peso, conectividade, inteligência artificial e design. Como exemplo, concluímos o processo de desenvolvimento da tecnologia MCPA - *Multi Color Paint Application* - inspirada no desejo do consumidor de personalização de rodas de alumínio produzidas, nesse caso, em larga escala. Em componentes estruturais, apresentamos produtos com redução significativa de peso e melhorias de processos, como a suspensão dianteira independente para caminhões.

Com o objetivo de estarmos conectados cada vez mais aos temas de inovação, digitalização e ao futuro da indústria automotiva, inauguramos em 2019 o MAT - *Maxion Advanced Technologies*, um escritório em Berlim, na Alemanha, um dos principais ecossistemas globais de inovação em mobilidade.

No transcurso dos últimos anos, sempre mantivemos nossa flexibilidade e agilidade para nos adaptarmos rapidamente às variações de demanda nos diferentes mercados, sejam elas crescentes ou decrescentes. Continuaremos com essa filosofia, buscando acelerar nosso crescimento, ampliação de nosso portfólio, inovação constante em nossos produtos e processos, e digitalização de nossas atividades para bem atender a demanda de nossos clientes, agregando cada vez mais valor e mantendo o foco na execução da nossa estratégia de longo prazo.

3) DESTAQUES

- Receita operacional líquida consolidada de R\$ 2.338,6 milhões no 4T19 e de R\$ 10.016,4 milhões em 2019, uma redução de 4,8% em relação ao 4T18 e um crescimento de 4,2% em relação a 2018.
- Receita proveniente de vendas domésticas de R\$ 613,6 milhões no 4T19 e de R\$ 2.680,9 milhões em 2019, um crescimento de 1,3% e de 13,1% em relação ao 4T18 e a 2018, respectivamente.
- Redução de 6,8% na receita em Reais proveniente das vendas internacionais no 4T19 e um crescimento de 1,2% em 2019, em relação ao 4T18 e a 2018, respectivamente. Excluindo o efeito da variação cambial, a redução teria sido de 12,8% no 4T19 e de 3,7% em 2019.
- EBITDA de R\$ 215,2 milhões no 4T19 e de R\$ 1.095,8 milhões em 2019, uma redução de 11,3% em relação ao 4T18 e um crescimento de 3,7% em relação a 2018. O EBITDA no 4T19 foi impactado de forma positiva em R\$ 16,0 milhões pelo reconhecimento de parcela do valor relativo às decisões favoráveis em ações judiciais com exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, e de forma negativa em R\$ 9,8 milhões com ajustes de estrutura na América do Norte, decorrentes da forte queda de produção de veículos nesta região.
- Lucro líquido de R\$ 39,1 milhões no 4T19 (lucro por ação de R\$ 0,2567) e de R\$ 337,4 milhões em 2019 (lucro por ação de R\$ 2,2146), uma redução de 49,0% em relação ao 4T18 e um crescimento de 67,6% em relação a 2018. O lucro líquido no 4T19 foi impactado positivamente em R\$ 20,1 milhões pelo reconhecimento de parcela do valor relativo às decisões favoráveis em ações judiciais que pleiteavam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS e em R\$ 6,9 milhões com ajustes de estrutura na América do Norte, decorrentes da forte queda de produção de veículos nesta região.
- Liberação de pagamento de R\$ 126,8 milhões em proventos referentes ao exercício de 2019, sendo R\$ 25,6 milhões em JCP líquidos de IR já declarados e R\$ 101,2 milhões em dividendos.
- Endividamento bancário líquido de R\$ 2.415,4 milhões no 4T19 (R\$ 2.326,8 milhões no 4T18). A alavancagem financeira (endividamento líquido/EBITDA dos últimos 12 meses) representou 2,2x no final de 2019, mesmo nível observado em 2018.
- Renegociação de dívida no México no montante total de US\$ 60,9 milhões com substancial redução de custos e alongamento de prazo.

4) MERCADO

A produção de veículos e máquinas agrícolas, nas regiões onde se concentram o maior percentual do faturamento consolidado da Companhia, apresentou o seguinte comportamento nos períodos indicados (em unidades):

Segmento	Brasil (1)			NAFTA (2)			Europa (2)		
	4T18	4T19	Var.	4T18	4T19	Var.	4T18	4T19	Var.
Veículos Leves	651.695	654.566	0,4%	4.190.388	3.815.150	-9,0%	4.860.973	4.600.802	-5,4%
Veículos Comerciais	33.765	31.912	-5,5%	150.999	130.659	-13,5%	140.451	122.505	-12,8%
Total Veículos	685.460	686.478	0,1%	4.341.387	3.945.809	-9,1%	5.001.424	4.723.307	-5,6%
Máquinas Agrícolas	19.483	11.862	-39,1%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Segmento	2018	2019	Var.	2018	2019	Var.	2018	2019	Var.
Veículos Leves	2.745.739	2.803.841	2,1%	16.961.923	16.289.892	-4,0%	20.022.396	19.066.172	-4,8%
Veículos Comerciais	134.070	141.147	5,3%	605.874	636.789	5,1%	514.545	510.730	-0,7%
Total Veículos	2.879.809	2.944.988	2,3%	17.567.797	16.926.681	-3,6%	20.536.941	19.576.902	-4,7%
Máquinas Agrícolas	65.656	53.125	-19,1%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) Fonte: ANFAVEA

(2) Fonte: IHS Automotive (Veículos Leves) e LMC Automotive (Veículos Comerciais). Europa: Considera EU27 + Turquia

5) DESEMPENHO OPERACIONAL FINANCEIRO

DRE Consolidado - R\$ mil	4T18	4T19	Var.	2018	2019	Var.
Receita Operacional Líquida	2.455.752	2.338.634	-4,8%	9.616.299	10.016.395	4,2%
Custo dos Produtos Vendidos	(2.149.503)	(2.110.991)	-1,8%	(8.298.023)	(8.831.177)	6,4%
Lucro Bruto	306.249	227.643	-25,7%	1.318.276	1.185.218	-10,1%
			13,7%			11,8%
Despesas Operacionais	(157.246)	(121.040)	-23,0%	(602.326)	(485.061)	-19,5%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.352)	(2.504)	-42,5%	(14.457)	(23.902)	65,3%
Lucro Operacional (EBIT)	144.651	104.099	-28,0%	701.493	676.255	-3,6%
			5,9%			6,8%
Resultado Financeiro	(42.216)	(18.293)	-56,7%	(220.819)	(169.904)	-23,1%
Imposto de Renda/Contribuição Social	18.716	(22.315)	-219,2%	(174.532)	(84.936)	-51,3%
Participação de Não Controladores	(44.474)	(24.382)	-45,2%	(104.817)	(83.980)	-19,9%
Lucro Líquido	76.677	39.109	-49,0%	201.325	337.435	67,6%
			3,1%			3,4%
EBITDA	242.555	215.195	-11,3%	1.057.068	1.095.809	3,7%
			9,9%			10,9%
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.352	2.504	-42,5%	14.457	23.902	65,3%
EBITDA Ajustado sem Equivalência Patrimonial	246.907	217.699	-11,8%	1.071.525	1.119.711	4,5%
			10,1%			11,2%

5.1) Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada alcançou R\$ 2.338,6 milhões no 4T19 e R\$ 10.016,4 milhões em 2019, uma redução de 4,8% em relação ao 4T18 e um crescimento de 4,2% em relação a 2018.

A redução da receita líquida observada no 4T19 é explicada pela queda de volume de produção nos principais mercados internacionais. Na América do Norte a receita operacional líquida foi impactada pela queda na produção de veículos e paralisações pontuais de determinados clientes.

A queda da receita na Europa é relacionada a redução de produção de veículos, em especial os veículos comerciais.

Na Ásia, a queda no mercado indiano teve impacto relevante, apesar do crescimento da produção na nova planta de rodas de alumínio naquele País. Adicionalmente, a menor demanda na Tailândia e na África do Sul impactaram de forma negativa a receita na região.

A receita operacional líquida no Brasil apresentou crescimento, apesar da queda na produção de veículos comerciais nesse período e do impacto decorrente da redução das exportações de veículos para a Argentina.

A variação cambial impactou de forma positiva a receita consolidada da Companhia em R\$ 111,6 milhões no 4T19 e em R\$ 359,7 milhões em 2019. Desconsiderando este efeito, a receita operacional líquida consolidada teria apresentado uma queda de 9,3% no 4T19 em relação ao 4T18 e um crescimento de 0,4% em 2019 quando comparada a 2018.

A tabela a seguir apresenta o comportamento da receita operacional líquida consolidada por origem e por tipo de produto, nos períodos indicados.

Receita Operacional Líquida - R\$ mil	4T18	4T19	Var.	2018	2019	Var.
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	115.297	98.378	-14,7%	500.118	487.134	-2,6%
Rodas Aço (Veículos Leves)	97.538	99.419	1,9%	412.645	463.092	12,2%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	145.584	140.411	-3,6%	566.701	650.169	14,7%
Componentes Estruturais (Veículos Leves)	34.089	51.413	50,8%	165.893	193.013	16,3%
Componentes Estruturais (Veículos Comerciais)	212.994	224.006	5,2%	724.093	887.508	22,6%
América do Sul	605.503	613.627	1,3%	2.369.451	2.680.917	13,1%
			24,7%			26,8%
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	103.343	96.134	-7,0%	362.206	436.014	20,4%
Rodas Aço (Veículos Leves)	313.665	250.178	-20,2%	1.163.606	1.093.102	-6,1%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	92.088	78.235	-15,0%	336.741	384.414	14,2%
Componentes Estruturais (Veículos Comerciais)	221.734	213.185	-3,9%	949.498	1.129.276	18,9%
América do Norte	730.830	637.732	-12,7%	2.812.051	3.042.807	8,2%
			29,8%			30,4%
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	443.699	462.199	4,2%	1.783.382	1.765.859	-1,0%
Rodas Aço (Veículos Leves)	245.999	236.501	-3,9%	958.421	925.762	-3,4%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	189.416	162.148	-14,4%	771.136	694.089	-10,0%
Europa	879.114	860.848	-2,1%	3.512.939	3.385.710	-3,6%
			35,8%			33,8%
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	156.983	146.433	-6,7%	583.971	600.613	2,8%
Rodas Aço (Veículos Leves)	17.788	22.602	27,1%	79.223	85.070	7,4%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	65.533	57.392	-12,4%	258.664	221.278	-14,5%
Ásia + Outros	240.304	226.427	-5,8%	921.857	906.961	-1,6%
			9,8%			9,1%

Receita Operacional Líquida - R\$ mil	4T18	4T19	Var.	2018	2019	Var.
Iochpe-Maxion Consolidado	2.455.751	2.338.634	-4,8%	9.616.299	10.016.395	4,2%
	100,0%	100,0%		100,0%	100,0%	
Maxion Wheels	1.986.933	1.850.029	-6,9%	7.776.814	7.806.597	0,4%
	80,9%	79,1%		80,9%	77,9%	
Maxion Structural Components	468.818	488.604	4,2%	1.839.485	2.209.798	20,1%
	19,1%	20,9%		19,1%	22,1%	

5.2) Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$ 2.111,0 milhões no 4T19 e R\$ 8.831,2 milhões em 2019, uma redução de 1,8% em relação ao 4T18 e um crescimento de 6,4% em relação a 2018. A participação em relação à receita operacional líquida consolidada aumentou de 87,5% no 4T18 para 90,3% no 4T19 e de 86,3% em 2018 para 88,2% em 2019.

5.3) Lucro Bruto

Lucro bruto de R\$ 227,6 milhões no 4T19 e de R\$ 1.185,2 milhões em 2019, uma redução de 25,7% em relação ao 4T18 e uma redução de 10,1% em relação a 2018. A margem bruta foi reduzida de 12,5% no 4T18 para 9,7% no 4T19 e de 13,7% em 2018 para 11,8% em 2019.

A redução do lucro bruto no 4T19 está relacionada principalmente à queda nas vendas e produção na Europa, Índia e América do Norte.

5.4) Despesas Operacionais Líquidas

As despesas operacionais líquidas atingiram R\$ 121,0 milhões no 4T19 e R\$ 485,1 milhões em 2019, uma redução de 23,0% em relação ao 4T18 e de 19,5% em 2018. A participação em relação a receita operacional líquida foi reduzida de 6,4% no 4T18 para 5,2% no 4T19 e de 6,3% em 2018 para 4,8% em 2019.

A despesa operacional líquida no 4T19 foi impactada de forma positiva pelo ganho do processo judicial da exclusão do ICMS na base de PIS COFINS em R\$ 16,0 milhões, e de forma negativa em R\$ 9,8 milhões com ajustes de estrutura na América do Norte, decorrentes da forte queda na produção de veículos nesta região. Desconsiderando esses efeitos, as despesas operacionais líquidas teriam apresentado uma redução de 19,1% no 4T19.

5.5) Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial atingiu um valor negativo de R\$ 2,5 milhões no 4T19 e de R\$ 23,9 milhões em 2019, uma melhora em relação ao resultado negativo de R\$ 4,4 milhões no 4T18 e uma piora em relação ao resultado negativo de R\$ 14,5 milhões em 2018.

A tabela a seguir apresenta os valores correspondentes às participações societárias da Iochpe-Maxion os quais refletem o resultado da equivalência patrimonial na Companhia.

R\$ mil	4T18			4T19			Var.	
	Amsted Maxion (1.106)	Maxion Montich (3.247)	Total (4.352)	Amsted Maxion 1.049	Maxion Montich (3.783)	Dongfeng Maxion 230		
Lucro Líquido (Prejuízo)							42,5%	
			2018			2019		
R\$ mil	Amsted Maxion (9.067)	Maxion Montich (5.390)	Total (14.457)	Amsted Maxion (12.477)	Maxion Montich (11.660)	Dongfeng Maxion 235	Total (23.902)	Var. (-65,3%)
Lucro Líquido (Prejuízo)								

5.6) Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro (EBIT)

O EBIT atingiu R\$ 104,1 milhões no 4T19 e R\$ 676,3 milhões em 2019, uma redução de 28,0% em relação ao 4T18 e de 3,6% em relação a 2018. A participação em relação a receita operacional líquida reduziu de 5,9% no 4T18 para 4,5% no 4T19 e foi reduzida de 7,3% em 2018 para 6,8% em 2019.

5.7) Geração de Caixa Bruta (EBITDA)

O EBITDA atingiu R\$ 215,2 milhões no 4T19 e R\$ 1.095,8 milhões em 2019, uma redução de 11,3% e um crescimento de 3,7% em relação ao 4T18 e a 2018, respectivamente. A participação em relação à receita operacional líquida consolidada reduziu de 9,9% no 4T18 para 9,2% no 4T19 e de 11,0% em 2018 para 10,9% em 2019.

O EBITDA foi impactado de forma positiva pelo reconhecimento de parcela do valor relativo às decisões judiciais favoráveis em ações judiciais e ajustes de estrutura na América do Norte, conforme mencionado no item 5.4 acima. Desconsiderando este efeito, o EBITDA do 4T19 teria reduzido em 13,8% em comparação ao 4T18 e a participação em relação à receita líquida seria de 8,9% no 4T19.

A tabela a seguir apresenta a evolução do EBITDA nos períodos indicados.

Conciliação do EBITDA - R\$ mil

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

13) INSTRUÇÃO CVM Nº 381

Em atendimento à Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos que durante o exercício de 2019, a Iochpe-Maxion, suas controladas e seus negócios em conjunto, incorreram com os seguintes serviços prestados pelo auditor independente:

Honorários de auditoria - R\$ 7,8 milhões: os honorários de auditoria incluem a auditoria das demonstrações financeiras anuais individuais (Práticas contábeis adotadas no Brasil) e consolidadas (IFRS), a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia e auditoria das demonstrações financeiras das controladas e negócios em conjunto no Brasil e no exterior.

Honorários não relacionados à auditoria - R\$ 0,4 milhão: os honorários não relacionados à auditoria são referentes a revisão de impostos no exterior.

A Iochpe-Maxion, suas controladas e seus negócios em conjunto em discussão com os seus auditores independentes, concluíram que estes serviços prestados não afetaram a independência e a objetividade destes, em razão da definição do escopo e dos procedimentos executados. A Iochpe-Maxion adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

14) DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório de revisão especial dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

As informações financeiras da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS.

O EBITDA não deve ser considerado como uma alternativa para o lucro líquido, como um indicador de desempenho operacional da Companhia, ou uma alternativa para fluxo de caixa como um indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias.

A Companhia calcula o EBITDA conforme a Instrução CVM 527 regulamentada em 04/10/12. Com isso, o EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido antes de juros, Imposto de Renda e Contribuição Social e depreciação/amortização.

Cruzeiro, 5 de março de 2020.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	263.853	66.788	646.137	486.903
Contas a receber de clientes	6	264.811	286.183	1.029.650	1.253.826
Estoques	7	296.272	382.918	1.328.470	1.448.021
Impostos a recuperar	8	42.451	30.957	223.589	237.675
Despesas antecipadas		2.474	1.767	20.210	19.641
Outros créditos		13.316	8.087	109.565	77.736
Total do ativo circulante		883.177	776.700	3.357.621	3.523.802
NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	8	3.141	8.371	166.759	29.189
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	75.075	105.404	306.628	257.517
Depósitos judiciais		52.254	53.454	58.495	59.468
Partes relacionadas	10.b	4.897	32.612	4.897	32.612
Outros créditos		790	4.055	1.520	4.394
Investimentos	11	3.010.977	2.260.310	74.612	46.803
Imobilizado	12	928.136	896.182	3.590.747	3.398.325
Intangível	13	67.618	49.103	1.740.135	1.667.080
Direito de uso	14	10.133	-	73.997	-
Total do ativo não circulante		4.153.021	3.409.491	6.017.790	5.495.388
TOTAL DO ATIVO		5.036.198	4.186.191	9.375.411	9.019.190

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	24.353	178.045	648.697	1.076.149
Fornecedores	16	146.238	184.963	1.126.821	1.316.897
Obrigações fiscais	17	8.460	6.630	121.060	121.901
Obrigações sociais e trabalhistas	18	111.039	109.927	322.088	328.271
Adiantamentos de clientes		17.539	99.664	27.244	109.025
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		127.146	99.199	127.147	99.199
Partes relacionadas	10.b	31.714	-	-	-
Outras obrigações		35.418	41.627	210.561	210.387
Total do passivo circulante		501.907	720.055	2.583.618	3.261.829
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.243.975	470.110	2.412.886	1.737.556
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	19	48.051	62.024	83.753	105.150
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	-	-	174.548	199.862
Passivo atuarial de plano de pensão	20	-	-	515.932	471.053
Outras obrigações		13.787	12.052	107.698	45.213
Total do passivo não circulante		1.305.813	544.186	3,294.817	2,558.834
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21.a	1.576.954	1.407.536	1.576.954	1.407.536
Opções outorgadas reconhecidas		3.071	3.084	3.071	3.084
Reservas de lucros		606.530	393.156	606.530	393.156
Reserva de capital		6.000	127.006	6.000	127.006
Ações em tesouraria	21.c	(28.920)	(26.022)	(28.920)	(26.022)
Ajuste de avaliação patrimonial		1.064.843	1.017.190	1.064.843	1.017.190
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		3.228.478	2.921.950	3.228.478	2.921.950
Participação dos acionistas não controladores		-	-	268.498	268.577
Patrimônio líquido total		3.228.478	2.921.950	3.496.976	3.198.527
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.036.198	4.186.191	9.375.411	9.019.190

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Opções outorgadas reconhecidas	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial			Lucros do exercício	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
			Reserva legal	Reserva estatutária de investimento e de capital de giro	Dividendos interdiários	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Custo atribuído ao ativo imobilizado	Outros resultados abrangentes				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.277.398	3.080	68.816	219.166	31.051	(1.747)	(12.880)	88.692	714.277	-	2.387.853	242.652	2.630.505
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201.325	201.325	104.817	306.142
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	227.625	-	227.625	22.380	250.005
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	227.625	201.325	428.950	127.197	556.147
Aumento de capital	130.138	-	-	-	-	-	-	-	-	-	130.138	-	130.138
Reconhecimento de plano de opções de ações	-	112	-	-	-	-	-	-	-	-	112	-	112
Exercício de opções de ações	-	(108)	-	-	-	-	-	-	-	-	142	-	142
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	-	250	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(13.392)	-	-	-	(13.392)	-	(13.392)
Baixa do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(12.546)	-	12.546	-	-	-
Efeito hiperinflacionário sobre investimento em controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	(858)	-	-	(858)	-	(858)
Conversão de debêntures - 6ª emissão	-	-	-	-	-	-	10.708	-	-	-	10.708	-	10.708
Dividendos destinados aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	118.045	-	-	-	118.045	-	118.045
Destinações do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(93.272)	(93.272)
Reserva legal	-	-	10.694	-	-	-	-	-	-	(10.694)	-	-	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro	-	-	-	124.045	-	-	-	-	-	(124.045)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(29.565)	-	-	-	-	-	(79.132)	(108.697)	-	(108.697)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(31.051)	-	-	-	-	-	(31.051)	-	(31.051)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.407.536	3.084	79.510	313.646	-	127.006	(26.022)	75.288	941.902	-	2.921.950	276.577	3.198.527
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	337.435	337.435	83.980	421.415
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	53.344	-	53.344	3.133	56.477
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	53.344	337.435	390.779	87.113	477.892
Aumento de capital	39.938	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.938	-	39.938
Incorporação de reserva de capital	129.480	-	-	-	-	(129.480)	-	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento de plano de opções de ações	-	23	-	-	-	-	-	-	-	-	23	-	23
Exercício de opções de ações	-	(36)	-	-	-	-	-	-	-	-	53	-	53
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	-	89	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(2.987)	-	-	-	(2.987)	-	(2.987)
Baixa do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(5.327)	-	5.327	-	-	-
Efeito hiperinflacionário sobre investimento em controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	(364)	-	-	(364)	-	(364)
Conversão de debêntures - 6ª emissão	-	-	-	-	-	-	8.474	-	-	-	8.474	-	8.474
Dividendos destinados aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(95.192)	(95.192)
Destinações do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	17.138	-	-	-	-	-	-	(17.138)	-	-	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro	-	-	-	198.802	-	-	-	-	-	(198.802)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.566)	-	-	-	-	-	-	(2.566)	-	(2.566)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(126.822)	(126.822)	-	(126.822)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.576.954	3.071	96.648	509.882	-	6.000	(28.920)	69.597	995.246	-	3.228.478	268.498	3.496.976

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	26	2.509.877	2.178.674	10.016.395	9.616.299
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	27	(2.123.356)	(1.873.761)	(8.831.177)	(8.298.023)
LUCRO BRUTO		386.521	304.913	1.185.218	1.318.276
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	27	(14.602)	(12.447)	(53.778)	(75.359)
Gerais e administrativas	27	(112.255)	(101.601)	(482.968)	(477.112)
Honorários da Administração	10.a	(19.086)	(17.116)	(19.086)	(17.116)
Resultado de equivalência patrimonial	11	182.667	143.629	(23.902)	(14.457)
Receitas (Despesas) operacionais, líquidas	28	4.206	(20.188)	70.771	(32.739)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		427.451	297.190	676.255	701.493
Receitas financeiras	24	18.368	13.186	65.344	14.838
Despesas financeiras	24	(83.392)	(74.244)	(230.124)	(239.414)
Varição cambial, líquida	25	(758)	2.355	(5.124)	3.757
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		361.669	238.487	506.351	480.674
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	9.b	(23.145)	(7.384)	(178.240)	(148.043)
Diferidos	9.b	(1.089)	(29.778)	93.304	(26.489)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		337.435	201.325	421.415	306.142
ATRIBUÍVEL AOS					
Acionistas controladores		337.435	201.325	337.435	201.325
Acionistas não controladores		-	-	83.980	104.817
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO:					
BÁSICO - R\$	31	2,23135	1,35499	2,23135	1,35499
DILUÍDO - R\$	31	2,23078	1,35451	2,23078	1,35451

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais - R\$)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	337.435	201.325	421.415	306.142
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:				
Ganhos na conversão de demonstrações financeiras de controladas do exterior	82.523	239.622	85.656	262.002
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:				
Efeito de mudança de premissas atuariais, líquido de impostos	(29.179)	(11.997)	(29.179)	(11.997)
Total dos outros resultados abrangentes	53.344	227.625	56.477	250.005
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	390.779	428.950	477.892	556.147
ATRIBUÍVEL AOS:				
Acionistas controladores	390.779	428.950	390.779	428.950
Acionistas não controladores	-	-	87.113	127.197
	390.779	428.950	477.892	556.147

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na Rua Dr. Othon Barcellos, 83, na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão com o código de negociação MYPK3. As atividades da Companhia, de suas controladas e de seus negócios em conjunto são desenvolvidas em 9 unidades no Brasil e 23 atividades no exterior. As informações sobre as principais operações da Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 2.

2. EMPRESAS DA COMPANHIA

As atividades da Companhia e de suas controladas estão organizadas no segmento automotivo, divididas entre as unidades de rodas e componentes estruturais. A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	País	Atividade	Participação direta - %		Participação indireta - %	
			12/2019	12/2018	12/2019	12/2018
Iochpe-Maxion S.A. (Controladora - Cruzeiro)	Brasil	(a) (d) (e)	-	-	-	-
Filial Limeira	Brasil	(b)	-	-	-	-
Filial Limeira	Brasil	(c)	-	-	-	-
Filial Contagem	Brasil	(e)	-	-	-	-
Filial Resende	Brasil	(d)	-	-	-	-
Remon-Resende Montadora Ltda.	Brasil	-	66,66	66,66	33,33	33,33
Maxion (Nantong) Wheels Co., Ltd.	China	(a)	100,00	100,00	-	-
Maxion Wheels (Thailand) Co., Ltd.	Taiilândia	(c)	8,15	8,15	91,84	91,84
Iochpe-Maxion Austria GmbH	Áustria	(c)	100,00	100,00	-	-
Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd.	Índia	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Immobilien GmbH & Co. KG	Alemanha	-	-	-	100,00	100,00
Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.	México	(g)	-	-	100,00	100,00
Ingenieria y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	México	(d) (e)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	México	(a) (b) (c)	-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Wheels San Luis Potosí, S.A. de C.V.	México	-	-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Wheels Chihuahua, S. de R.L. de C.V.	México	-	-	-	100,00	100,00
Iochpe Holdings, LLC	EUA	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels U.S.A. LLC	EUA	(f)	-	-	100,00	100,00
HLI Delaware Holdings, LLC	EUA	-	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Akron LLC	EUA	(a)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Sedalia LLC	EUA	(b)	-	-	100,00	100,00
Maxion Import LLC	EUA	(f)	-	-	100,00	100,00
Maxion Luxembourg Holdings S.A.R.L.	Luxemburgo	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels South Africa (Pty) Ltd.	África do Sul	(c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Japan K.K.	Japão	-	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Czech s.r.o.	República Tcheca	(b) (c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels EAAP Holding GmbH	Alemanha	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels España S.L.	Espanha	(b)	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz Barcelona, S.L.	Espanha	-	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Italy Holding, S.r.l.	Itália	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Italia S.r.l.	Itália	(c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Germany Holding GmbH	Alemanha	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Konigswinter GmbH	Alemanha	(g)	-	-	100,00	100,00
Kalyani Maxion Wheels Private Limited	Índia	(a) (b)	-	-	85,00	85,00
Maxion Wheels Werke GmbH	Alemanha	(a) (b)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	Brasil	(c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.	Turquia	(b) (c)	-	-	60,00	60,00
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.	Turquia	(a)	-	-	60,00	60,00

(a) Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço.

(b) Fabricação e comercialização de rodas leves de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios.

(c) Fabricação e comercialização de rodas leves de alumínio para automóveis.

3. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas até 31 de dezembro de cada exercício. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos.

As variações cambiais são reconhecidas no resultado no período em que ocorrem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que fazem parte do custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira;
- Variações cambiais decorrentes de transações contratadas para proteção (*hedge*) contra riscos de câmbio; e
- Nas demonstrações financeiras consolidadas, variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado mediante a alienação ou alienação parcial do investimento líquido.

Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio flutuem significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio na data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são reconhecidas

(d) Fabricação e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas) e estampados para veículos comerciais.

(e) Fabricação e comercialização de componentes estruturais leves e automotivos (estampados para veículos de passageiros, alavancas de freio de mão, conjunto de pedais, conjuntos soldados, peças estruturais e outros componentes automotivos).

(f) Comercialização de rodas leves e pesadas.

(g) Empresa com participação acionária majoritária em uma ou mais empresas.

Participação em negócios em conjunto

A Companhia, por meio da Maxion Montich S.A. ("Maxion Montich"), seu negócio em conjunto localizado em Córdoba - Argentina, dedica-se à produção e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas), estampados e conjuntos soldados para veículos comerciais e leves.

Participação em coligadas

Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.

A Companhia, por meio da Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. ("AmstedMaxionFundição"), sua coligada localizada na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, dedica-se à produção de fundidos industriais e rodas ferroviárias.

A Amsted-Maxion Fundação, por meio da Greenbrier Maxion Serviços e Equipamentos Ferroviários S.A. ("GreenbrierMaxionFerroviário"), seu negócio em conjunto localizado na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, dedica-se à produção e comercialização de vagões ferroviários.

Em 1º de novembro de 2019, em linha com sua estratégia de negócios, a Companhia alienou aos demais acionistas da AmstedMaxionFundição participação acionária representando 18,25% do capital social da referida sociedade, pelo preço total de R\$ 20.093, de forma que Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. e Greenbrier do Brasil Participações Ltda. passaram a deter, respectivamente, 51% e 29,5% do capital social da AmstedMaxionFundição, conforme previsto no contrato de venda de ações e outras avenças celebrado em 1º de agosto de 2019. Em decorrência da referida alienação, a Companhia reduziu sua participação acionária na AmstedMaxionFundição para 19,5%, que passou a ser sua coligada, em razão da influência significativa exercida pela Companhia, evidenciada por direitos oriundos do acordo de acionistas firmado em 28 de abril de 2017 e aditado em 1º de novembro de 2019, continuando o investimento a ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A referida operação resultou em uma perda líquida de R\$ 992.

DongFeng Maxion Wheels Ltd.

A Companhia, por meio da DongFeng Maxion Wheels Ltd. ("DongFengMaxion"), sua coligada localizada em Suizhou, província de Hubei, China, produzirá e comercializará rodas de alumínio para veículos comerciais e leves voltadas ao mercado chinês. A DongFengMaxion encontra-se em fase pré-operacional.

A Companhia exerce influência significativa na coligada, evidenciada pela indicação de membros do Conselho de Administração e outros diretores oriundos de um Contrato de Investimentos firmado com a DongFeng Motor Chassis Systems.

Em 31 de dezembro de 2019, o investimento no negócio em conjunto Maxion Montich e coligadas AmstedMaxionFundição e DongFengMaxion, com 50%, 19,5% e 50% de participação respectivamente, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os principais grupos das demonstrações financeiras do negócio em conjunto e das coligadas estão apresentados a seguir:

	Maxion Montich		AmstedMaxionFundição		DongFengMaxion	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Balances patrimoniais						
Ativo circulante	76.386	107.490	86.832	82.955	59.037	-
Ativo não circulante	85.340	79.057	338.227	363.245	11.673	-
Passivo circulante	(110.127)	(125.578)	(108.412)	(150.101)	(1.920)	-
Passivo não circulante	(34.044)	(39.619)	(156.155)	(178.964)	-	-
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	17.498	21.313	81.851	117.135	34.395	-
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	57	37	78.641	-	34.395	-
Patrimônio líquido total	17.555	21.350	160.492	117.135	68.790	-
Demonstrações do resultado						
Receita líquida de vendas	212.512	180.129	352.119	337.870	-	-
Custo dos produtos vendidos	(193.295)	(166.450)	(314.671)	(301.987)	-	-
Despesas operacionais	(12.787)	(24.633)	(55.518)	(60.500)	-	-
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(33.807)	-	(17.405)	-	550	-
Imposto de renda e contribuição social	4.057	174	2.328	598	(80)	-
Lucro (prejuízo) do exercício	(23.320)	(10.780)	(33.147)	(24.019)	470	-

em outros resultados abrangentes e acumuladas em um componente separado da reserva de conversão de moeda estrangeira (atribuídas às participações minoritárias, conforme apropriado).

Na alienação de uma operação no exterior (isto, alienação da participação total da Companhia em uma operação no exterior, ou alienação envolvendo perda de controle sobre uma controlada que inclui operações no exterior ou alienação parcial de participação em acordo conjunto ou coligada que inclui uma operação no exterior no qual a participação retida se torna um ativo financeiro), todo o montante da variação cambial acumulada na reserva de conversão de moeda estrangeira referente a essa operação atribuído aos proprietários da Companhia é reclassificado para o resultado.

Adicionalmente, no caso de alienação parcial de uma controlada que inclui operação no exterior que não represente perda de controle da Companhia sobre a controlada, as parcelas proporcionais das diferenças cambiais acumuladas são realocadas para participações minoritárias e não é reconhecida no resultado.

Para todas as demais alienações parciais (ou seja, as alienações parciais de coligadas ou acordos em conjunto que não representem perda significativa de influência ou controle conjunto da Companhia), a parcela proporcional das diferenças cambiais acumuladas é reclassificada para o resultado.

O ógio e os ajustes ao valor justo resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos da operação no exterior e convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento. As diferenças cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Taxas de câmbio

As taxas de câmbio em reais (R\$) em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes:

Taxa final	31/12/2019	31/12/2018
Dólar norte-americano - US\$	4,0307	3,8748
Euro - €	4,5305	4,4390
Taxa média	31/12/2019	31/12/2018
Dólar norte-americano - US\$	3,9451	3,6544
Euro - €	4,4155	4,3092

Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

A seguir são apresentadas as principais áreas de julgamentos e estimativas contábeis:

- Perdas de crédito esperadas.
- Perdas dos estoques.
- Avaliação do valor recuperável do ógio.
- Imposto de renda e contribuição social.
- Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis.
- Obrigações de planos de pensão.
- Gestão de risco e instrumentos financeiros.
- Avaliação sobre se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável.

Investimentos em coligadas e joint ventures

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma *joint venture*. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou *joint ventures* são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou *joint venture*.

Consolidação das demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras consolidadas - incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Os principais procedimentos de consolidação incluem:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das controladas, diretas e indiretas.
- Eliminação das transações intercomparhadas, dos saldos e dos ganhos e das perdas não realizados em transações entre as empresas da Companhia. Perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação possua evidências de perda de valor ("impairment") do ativo transferido.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. ADOÇÃO DAS IFRSs NOVAS E REVISADAS EM VIGOR NO EXERCÍCIO CORRENTE

4.1.1. IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil (CPC 06 (R2))

a) Impacto geral da adoção da IFRS 16 - Arrendamento

A IFRS 16 introduziu um modelo abrangente para a identificação de acordos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras para arrendadores e arrendatários. A IFRS 16 substituiu as orientações atuais de arrendamento, incluindo a IAS 17 (CPC 06 (R1)) - Arrendamento Mercantil e as correspondentes interpretações a partir da sua data de vigência para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A data de adoção inicial da IFRS 16 para a Companhia foi em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia optou pela adoção retrospectiva modificada da IFRS 16 de acordo com a IFRS 16:C5(b). Consequentemente, a Companhia não reapresentou as informações comparativas.

Diferentemente da contabilização do arrendatário, a IFRS 16 transferiu substancialmente as exigências de contabilização do arrendador contidas na IAS 17 (CPC 06 (R1)).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A interpretação é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. As entidades podem aplicar a interpretação com base na aplicação retrospectiva integral ou na aplicação retrospectiva modificada sem reapresentação de informações comparativas retrospectiva ou prospectivamente.

Com base na análise de posições incertas a luz se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento incerto, a Administração da Companhia conclui que a adoção dessas alterações não resultou em quaisquer ajustes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4.1.3. IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Administração não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

- IFRS 17 - Contratos de Seguros;
- IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*;
- Alterações à IFRS 3 - Definição de negócios;
- Alterações à IAS 1 e IAS 8 - Definição de material; e
- Estrutura conceitual nas Normas IFRS.

A Administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 exige que a Companhia exerça julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes.

Receita de vendas de produtos

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A Companhia não fornece garantia além daquela prevista por lei, em linha com a prática no setor.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos. O prazo normal de crédito é de 30 a 90 dias após a entrega.

Abatimentos por volume

A Companhia oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia aplica o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece um passivo de restituição para os abatimentos futuros esperados.

Prestação de serviços

A receita de fabricação de ferramental é reconhecida com base no percentual de conclusão. O andamento da construção é medido com base na matéria prima e nas horas de trabalho incorridas até uma data-corte, como percentual do total de horas de trabalho estimadas para cada contrato. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que os custos incorridos puderem ser recuperados. Isso é observado geralmente durante os estágios iniciais de fabricação, quando os ferramentais são submetidos a testes de qualidade pelo cliente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação, considerados de liquidez imediata e conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo preço de transação dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das perdas de crédito esperadas aplicando a abordagem simplificada, registrando as perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes.

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada sobre as contas a receber de clientes durante a vida útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas considerando a experiência de inadimplência histórica do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. Ademais, a Companhia constitui provisão para perdas para 100% das contas a receber vencidas há mais de 180 dias, uma vez que a experiência histórica indicou que essas contas a receber em geral não são recuperáveis.

d) Ativos em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

e) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia e suas controladas fazem estimativas para avaliação da provisão para perdas em estoques, a qual julga ser montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis nos estoques, seguindo os critérios apresentados a seguir.

A provisão para perdas com estoques de giro lento é constituída com base na política definida pela Administração, que leva em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses comparado com o saldo de estoques existentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de vendas futura, a provisão para perdas em estoques é constituída entre a diferença do valor contábil e o seu valor recuperável.

f) Imobilizado**Reconhecimento e mensuração**

Registrado ao custo de aquisição ou construção e, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

O imobilizado inclui, quando aplicável, todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e reconhecidos líquidos como outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Peças de reposição de máquinas, necessárias à normalidade do funcionamento de bens do imobilizado e que resultem em aumento da vida útil do bem em período superior a 12 meses, são classificadas como imobilizado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

Depreciação

Calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Terrenos e construções em andamento não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados no encerramento de cada exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos, posteriormente, como mudança de estimativas contábeis.

A depreciação é reconhecida de modo que seja feita a baixa contábil do custo ou a avaliação dos ativos (exceto terrenos e construções em andamento) deduzida dos seus valores residuais com base na vida útil anual, pelo método linear, conforme segue:

Controladora	Consolidado
Edificações e benfeitorias	5% 6%
Máquinas e equipamentos	7% 12%
Peças de reposição de máquinas	7% 23%
Ferramentais	15% 27%
Outros	9% a 40% 9% a 40%

g) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no encerramento de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

Compreendem: (i) marcas; (ii) direito de uso de terreno; (iii) licenças de uso de sistemas computadorizados ("softwares"), incluindo os correspondentes gastos com implementação; (iv) carteiras de clientes adquiridas de terceiros; e (v) ágio na aquisição de controladas. Os ativos intangíveis sem vida útil definida, compostos substancialmente pelos valores dos ágios pagos na aquisição de controladas são anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação ou quando indícios de não recuperação se fizerem presentes. A marca Hayes Lemmerz foi um ativo identificado no processo de aquisição da controlada Maxion Wheels.

O direito de uso do terreno onde se localiza a controlada Maxion (Nantong) Wheels Co., Ltd. é amortizado linearmente pelo prazo de 50 anos, conforme previsto no contrato de concessão com a prefeitura local.

As licenças de uso de sistemas computadorizados ("softwares"), incluindo os correspondentes gastos com implementação, e de sistemas de gestão empresarial adquiridos são capitalizadas e amortizadas também conforme a vida útil estimada dos ativos, e os gastos associados à manutenção destes são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

A carteira de clientes adquirida de terceiros foi identificada no processo de aquisição da controlada Maxion Wheels e possui prazo de vida útil remanescente a ser amortizado completamente até 31 de janeiro de 2033.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos são registrados como despesa, quando incorridos.

h) Redução ao valor recuperável dos ativos**Ativos**

A Companhia e suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre:

(i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e

(ii) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs).

Ágio

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

i) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Na medida em que os empréstimos sujeitos a taxas variáveis são usados para financiar um ativo qualificável e são objeto de *hedge* em um *hedge* de fluxo de caixa efetivo do risco da taxa de juros, a parcela efetiva do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e reclassificada para o resultado quando o ativo qualificável impactar o resultado.

Na medida em que os empréstimos sujeitos a taxas fixas são usados para financiar um ativo qualificável e são objeto de *hedge* em um *hedge* de valor justo efetivo do risco da taxa de juros, os custos de empréstimos capitalizados refletem a taxa de juros objeto de *hedge*.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

j) Provisões**Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências passivas referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável do montante correspondente possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego**Plano de benefício definido e benefícios de assistência à saúde pós-emprego**

A Companhia patrocina um plano fechado de previdência do tipo benefício definido, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia concede também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para funcionários em nível executivo. Esses benefícios são financiados em regime de caixa. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo juros, e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros líquidos) são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial, com correspondente débito ou crédito a lucros retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorram. As mensurações não são reclassificadas ao resultado em períodos subsequentes.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações na obrigação de benefício definido líquido na demonstração consolidada do resultado:

- Custos de serviço, compreendendo custos circulares com serviços, custos com serviços passados, ganhos e perdas advindos de redução significativa da expectativa do tempo de trabalho e liquidações não usuais.
- Despesas ou receitas com juros líquidos.

Plano de contribuição definida

As obrigações pelas contribuições a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. No caso da Companhia, o plano de contribuição definida é representado por plano aberto caracterizado por contribuições fixas e sem risco atuarial ou de obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais por parte da Companhia.

l) Benefícios a colaboradores**Participação nos resultados**

A Companhia e suas controladas reconhecem a passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos colaboradores, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando estão contratualmente obrigadas ou há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Remuneração baseada em ações

Para os participantes dos planos, o valor justo das opções de compra de ações concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com o correspondente aumento do patrimônio.

No encerramento de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, sendo o impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, reconhecido no resultado do exercício, de forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na rubrica "Opções outorgadas reconhecidas", que registrou o benefício aos colaboradores.

m) Impostos**Imposto de renda e contribuição social - correntes**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias quando aplicáveis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

n) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelas opções de compra de ações do plano de outorga, com efeito diluidor nos exercícios apresentados.

o) Instrumentos financeiros**Ativos financeiros****Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros em: (i) custo amortizado; e (ii) valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

(i) Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Contas a receber de clientes" e "Outros créditos".

(ii) Valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Exemplo de ativo classificado nesta categoria: "Instrumentos financeiros derivativos".

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber. A Companhia mensura a provisão para perdas para um instrumento financeiro em valor equivalente à perda de crédito esperada (PCE) durante a vida útil se o risco de crédito relacionado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro corresponder a um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado. A Companhia utiliza a abordagem simplificada para a mensuração da provisão para perdas em um valor correspondente à PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento em determinadas circunstâncias.

Dentre os ativos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável, as contas a receber de clientes (vide nota explicativa nº 6). As atividades da Companhia e de suas controladas estão organizadas no segmento automotivo, sendo a grande maioria das suas contas a receber com montadoras, e por esse motivo, a perda com recebíveis no exercício findo em 2019 representou 0,015% de seu faturamento consolidado.

Passivos financeiros**Classificação**

Os passivos financeiros da Companhia são classificados em:

(i) Custo amortizado; e

(ii) Valor justo por meio do resultado.

Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, e contas a pagar). A Companhia possui como passivos financeiros: contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures e contratos de garantia financeira. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

O resumo da classificação é como segue:

Ativo/Passivo financeiro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa				
Contas a receber de clientes				
Outros créditos				
Depósitos judiciais				
Fornecedores				
Outros passivos financeiros				

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado		Operações	Rentabilidade média	Liquidez	País	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018					31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos:												
No Brasil	18.405	12.752	21.262	20.221	Bancário - CDB	100,2% CDI	Imediata	Brasil	78.682	47.147	79.954	48.088
No exterior	-	-	320.975	305.549	Debêntures compromissadas	86,5% CDI	Imediata	Brasil	166.766	6.889	166.766	6.889
	18.405	12.752	342.237	325.770	Aplicação em pesos mexicanos	6,8% a.a.	Imediata	México	-	-	6.661	36.126
					Aplicação em dólares norte-americanos	0,4% a.a.	Imediata	México	-	-	-	135
					Aplicação em euros	0,1% a.a.	Imediata	Turquia	-	-	21.746	11.098
					Aplicação em dólares norte-americanos	0,6% a.a.	Imediata	Turquia	-	-	13.556	45.908
					Aplicação em liras turcas	9,3% a.a.	Imediata	Turquia	-	-	15.082	12.740
Total	263.853	66.788	646.137	486.903	Total				245.448	54.036	303.900	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
No País	218.408	223.217	234.991	255.230
No exterior	12.268	4.873	787.053	984.351
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10.b)	37.018	60.986	17.573	28.348
Provisão para perdas de crédito esperadas	(2.883)	(2.893)	(9.967)	(14.103)
Total	<u>264.811</u>	<u>286.183</u>	<u>1.029.650</u>	<u>1.253.826</u>

Movimentação na provisão para expectativa de perdas de créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(2.893)	(2.057)	(14.103)	(7.834)
Valores recuperados	7.050	1.142	16.416	3.903
Valores baixados como incobráveis	326	1.080	1.470	1.430
Complementos	(7.366)	(3.058)	(12.938)	(11.205)
Variação cambial	-	-	(812)	(397)
Saldo no fim do exercício	<u>(2.883)</u>	<u>(2.893)</u>	<u>(9.967)</u>	<u>(14.103)</u>

b) Saldos por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	215.984	246.559	907.508	1.131.214
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	39.408	27.291	88.810	98.898
De 31 a 60 dias	3.415	2.880	16.807	10.770
De 61 a 90 dias	1.065	1.011	8.978	3.904
De 91 a 180 dias	4.152	8.332	10.114	14.117
Acima de 180 dias	3.670	3.003	8.107	9.026
Total	<u>267.694</u>	<u>289.076</u>	<u>1.039.617</u>	<u>1.267.929</u>

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	61.027	50.249	376.815	379.501
Produtos em elaboração e semiacabados	63.813	69.375	262.132	254.956
Ferramentais para revenda em elaboração	25.382	82.110	88.978	153.075
Matérias-primas	77.026	92.694	318.360	377.613
Matérias auxiliares e embalagens	76.154	67.570	318.026	284.931
Adiantamentos a fornecedores	10.287	34.908	27.906	53.679
Importações em andamento	3.424	8.545	3.861	10.021
Provisão para perdas	(20.841)	(22.533)	(67.608)	(65.755)
Total	<u>296.272</u>	<u>382.918</u>	<u>1.328.470</u>	<u>1.448.021</u>

Movimentação na provisão para perdas dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(22.533)	(12.539)	(65.755)	(50.144)
Movimentação	1.692	(9.994)	(358)	(11.071)
Variação cambial	-	-	(1.495)	(4.540)
Saldo no fim do exercício	<u>(20.841)</u>	<u>(22.533)</u>	<u>(67.608)</u>	<u>(65.755)</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ - e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	22.888	16.515	89.158	86.018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	15.172	13.186	21.199	19.341
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	305	885	653	1.219
Créditos tributários de exportação - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA	3.068	5.628	4.224	6.757
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins (i)	2.575	1.813	99.739	2.710
Programa de Integração Social - PIS (i)	575	386	21.663	2.347
Outros	1.009	915	2.784	1.008
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - controladas no exterior:				
México	-	-	67.082	80.490
Turquia	-	-	17.724	29.135
Índia	-	-	440	-
Índia Alumínio (ii)	-	-	50.837	15.913
Alemanha	-	-	4.040	13.389
Outros países	-	-	10.805	8.537
Total	<u>45.592</u>	<u>39.328</u>	<u>390.348</u>	<u>266.864</u>
Circulante	42.451	30.957	223.589	237.675
Não circulante	3.141	8.371	166.759	29.189

(i) A Companhia obteve decisões favoráveis transitadas em julgado em ações judiciais que pleiteavam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins referentes ao período de 2005 a 2019. Os efeitos dessas decisões foram apurados pela Companhia e foram reconhecidos R\$ 75.023 na rubrica de "Outras receitas operacionais" e R\$ 42.610 na rubrica "Receitas financeiras".

(ii) Créditos constituídos na aquisição de ativo imobilizado, importação de mercadorias, importação de matéria-prima e demais itens em período pré-operacional.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

Os montantes do imposto de renda e da contribuição social diferidos reconhecidos no ativo e passivo não circulantes têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízos fiscais	97.055	146.629	201.326	240.691
Base negativa de contribuição social	39.582	51.006	51.856	65.239
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	16.338	21.088	31.571	29.901
Provisão para participação nos resultados	14.530	14.430	14.530	14.430
Crédito de pagamentos efetuados no exterior (ii)	43.921	-	43.921	-
Provisão para perdas nos estoques	7.086	7.662	16.250	13.197
Provisão para expectativa de perdas de créditos	1.428	1.026	10.416	7.820
Provisão para passivo atuarial	-	-	83.623	69.871
Propriedade intelectual (i)	-	-	65.863	-
Diferença de depreciação e amortização	(91.274)	(85.669)	(318.022)	(325.376)
Custo atribuído - imobilizado - CPC 27	(36.625)	(40.182)	(36.625)	(40.182)
Amortização fiscal de ágio	(40.465)	(40.465)	(40.465)	(40.465)
Outros	23.499	29.879	7.836	22.529
Total	<u>75.075</u>	<u>105.404</u>	<u>132.080</u>	<u>57.655</u>
Ativo tributário diferido líquido	<u>75.075</u>	<u>105.404</u>	<u>306.628</u>	<u>257.517</u>
Passivo tributário diferido líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(174.548)</u>	<u>(199.862)</u>

(i) Em 31 de março de 2019, a Maxion Wheels USA LLC ("MW USA") efetuou a transferência de seus ativos de propriedade intelectual para a Maxion Wheels EAAP Holding GmbH ("EAAP") a fim de atribuir a titularidade de tais ativos à pessoa jurídica que passou a desenvolver as atividades funcionais e concentrar os custos de desenvolvimento e de manutenção dos ativos em questão. A transferência entre as entidades foi efetuada a valor de mercado e gerou um ganho de capital no valor de US\$ 50,5 milhões para a MW USA, que foi integralmente compensado com o saldo de prejuízo fiscal dessa entidade. A diferença entre o valor fiscal e o valor contábil da contribuição dos ativos resultou no reconhecimento contábil de um ativo diferido de imposto de renda na entidade receptora. EAAP, que, de acordo com as regras contábeis locais, será amortizado no prazo de quinze anos.

(ii) Saldo de crédito de imposto sobre a renda pago no exterior passível de compensação com IRPJ e CSLL devidos no Brasil decorrente da adição de lucros auferidos no exterior nos anos de 2015, de 2016 e de 2018, nos quais a entidade brasileira controladora (IMSA) registrou lucro real negativo antes da referida adição.

Composição do crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social - consolidado

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor (iii)	Prescrição	Limite por ano	Valor (iii)
lochpe Maxion S.A. (controladora)	136.637	-	-	197.635
lochpe Holdings, LLC e controladas	116.545	-	-	108.295
Total	<u>253.182</u>	-	-	<u>305.930</u>

A Companhia também possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos nas demonstrações, gerados por algumas de suas controladas no exterior, conforme segue:

País	Valor (iii)	Prescrição	31/12/2019		31/12/2018	
			Limite por ano	Valor (iii)	Limite por ano	Valor (iii)
Estados Unidos da América - Federal (i)	627.574	2026 a 2038	(iv)	650.089	-	-
Estados Unidos da América - Estadual (i)	470.751	2021 a 2039	(ii)	398.567	-	-
China (i)	65.296	2020 a 2023	Não há	67.022	-	-
Espanha (i)	25.659	Não há	25% a 50%	22.086	-	-
África do Sul (i)	97.705	Não há	Não há	72.002	-	-
Taiilândia (i)	20.976	2020 a 2021	Não há	28.407	-	-
Áustria (i)	33.171	Não há	75%	11.475	-	-
Índia (i)	29.781	2026 a 2027	Não há	-	-	-
Total	<u>1.370.913</u>	-	-	<u>1.249.648</u>	-	-

(i) Por não haver ainda projeções suficientes de lucros tributáveis, não foram reconhecidos os créditos tributários diferidos do imposto de renda nas referidas controladas.

(ii) Depende do Estado onde foi apurado o crédito fiscal diferido.

(iii) Créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos convertidos pela taxa de câmbio final naquela data.

(iv) Para os prejuízos fiscais federais há diversas regras de utilização de acordo com a Lei tributária local relacionadas ao ano em que cada prejuízo foi gerado e ao resultado tributável.

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pelos órgãos da Administração anualmente, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, registrado no consolidado em 31 de dezembro de 2019, nos seguintes exercícios:

	R\$
2020	22.351
2021	20.723
2022	22.701
2023	25.441
2024	29.701
2026 até 2030	132.265
Total	<u>253.182</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração premissas financeiras e de negócios.

b) Conciliação do crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	361.669	238.487	506.351	480.674
Aliquota combinada - %	34	34	34	34
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social à alíquota combinada	(122.967)	(81.086)	(172.159)	(163.429)
Resultado de equivalência patrimonial	62.107	48.834	(8.127)	(4.915)
Despesas indedutíveis	(1.706)	(1.573)	(18.409)	(27.640)
Crédito tributário não constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal	-	-	13.659	43.060
Impostos sobre distribuição de dividendos no exterior	-	-	(19.548)	(20.359)
Diferencial de alíquota das controladas do exterior	-	-	26.211	30.877
Crédito tributário de controladas	-	-	19.385	58.629

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Efeito de tradução (moeda local x funcional)	-	-	(5.635)	(17.299)
Propriedade intelectual (i)	-	-	65.863	-
Benefício dos projetos de inovação tecnológica	3.483	-	3.483	-
Crédito sobre pagamento de imposto	27.518	-	27.518	-
Créditos autorizados por decisão judicial transitada em julgado	-	1.659	-	1.659
Benefício dos juros sobre capital próprio	9.587	36.957	9.587	36.957
Passivo financeiro sobre debêntures conversíveis em ações - 6ª emissão	-	(40.135)	-	(40.135)
Outros	(2.256)	(1.818)	(26.764)	(71.937)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social no resultado	(24.234)	(37.162)	(84.936)	(174.532)
Correntes	(23.145)	(7.384)	(178.240)	(148.043)
Diferidos	(1.089)	(29.778)	93.304	(26.489)

(i) Vide detalhes na nota explicativa nº 9.a).

10. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

	31/12/2019	31/12/2018
Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	19.086	17.116
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	65.676	73.470
Participação nos resultados pactuados no Brasil (bônus)	15.699	19.422
Participação nos resultados pactuados no exterior (bônus)	15.709	19.159

A Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada, no montante de R\$ 1.168 (R\$ 1.003 em 2018), em nome dos diretores estatutários e do pessoal-chave da Administração.

Os saldos das opções de compra de ações, bem como os respectivos preços de exercício dos planos outorgados aos diretores estatutários e ao pessoal-chave da Administração, estão descritos na nota explicativa nº 22.

Os saldos da provisão do plano de incentivo de longo prazo outorgados aos diretores estatutários e ao pessoal-chave da Administração, estão descritos na nota explicativa nº 23.

b) Transações com partes relacionadas

Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, de suas controladas e de seus negócios em conjunto operações entre estas, a preços, prazos e encargos financeiros, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes. Tais operações incluem, entre outras, contratos de serviços compartilhados, contratos de mútuo e concessão de avais em condições detalhadas a seguir:

b.1) Controladora

	31/12/2019					
	Ativo	Mútuo (i)	Fornecedores	Passivo Outras contas a pagar	Resultado Vendas Compras	
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	417	4.897	-	-	29.249	-
lochpe-Maxion Austria GmbH (ii)	-	-	-	31.714	-	-
lochpe Holdings, LLC e controladas	18.985	-	-	-	138.675	-
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	-	-	2.256	-	2	8.110
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	663	-	-	-	13.756	-
Servicios Maxion Wheels Chihuahua, S. de R.L. de C.V.	30	-	-	-	-	-
Maxion Montich S.A.	16.923	-	-	-	37.618	-
Total	<u>37.018</u>	<u>4.897</u>	<u>2.256</u>	<u>31.714</u>	<u>219.300</u>	<u>8.110</u>

	31/12/2018					
	Ativo	Mútuo	Fornecedores	Passivo Outras contas a pagar	Resultado Vendas Compras	
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	5.213	32.612	-	-	38.546	-
lochpe Holdings, LLC e controladas	27.545	-	-	-	142.472	-
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	-	-	4.423	-	-	4.443
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	5.093	-	-	-	39.223	-
Maxion Montich S.A.	23.135	-	-	-	40.069	-
Total	<u>60.986</u>	<u>32.612</u>	<u>4.423</u>			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Indexador	Taxa anual de juros - %	Última data de vencimento	Custo da transação amortizado	Custo da transação a amortizar	Saldo do custo da transação a amortizar	
						31/12/2019	31/12/2018
Debêntures simples da 8ª emissão	CDI	1,40	Março de 2023	1.909	4.564	452.884	453.223
Debêntures simples da 9ª emissão	CDI	0,80	Fevereiro de 2026	831	6.785	453.829	-
Debêntures simples da 10ª emissão	CDI	0,75	Setembro de 2024	2	2.712	352.397	-
Total de debêntures				2.742	14.061	1.259.110	608.992
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures				8.615	29.048	3.061.583	2.813.705
Passivo circulante						659.566	1.091.381
Custos a amortizar						(10.869)	(15.232)
Total						648.697	1.076.149
Passivo não circulante						2.431.065	1.761.399
Custos a amortizar						(18.179)	(23.843)
Total						2.412.886	1.737.556

- (i) Representa o valor nominal de US\$ 60.900 mil decorrente de empréstimo captado por meio da controladora indireta Ingeniería Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V. ("Inmagusa") com o Itáú BBA International PLC, cujo prazo de vencimento final previsto é 27 de novembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2019, representa o saldo no consolidado de R\$ 230.227. Esse empréstimo possui os índices financeiros conforme descritas na seção "Condições das Debêntures", item b).
- (ii) O financiamento com o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME - PSI estão garantidos pelos próprios bens objeto dos financiamentos, no valor líquido de R\$ 1.819 na controladora e R\$ 1.819 no consolidado em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 7.309 na controladora e R\$ 7.751 no consolidado em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) Capital de giro em rupia entre a Kalyani Maxion Wheels Limited - Índia e bancos locais, sendo este garantido com recebíveis da planta da Índia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 15.093.
- (iv) Empréstimo de longo prazo no Banco Bladex S.A., com a finalidade de investir em ativo fixo e capital de giro, no valor de US\$ 11.600 mil captado em 2015. Em 2016, a Companhia contratou um adicional de US\$ 13.400 mil. Em 31 de dezembro de 2019, representa o saldo no consolidado de R\$ 25.846 (R\$ 44.703 em 31 de dezembro de 2018).
- (v) A controlada Maxion Wheels de Mexico S. de R.L. de C.V., captou empréstimo de capital de Giro em US\$ no valor total de principal de US\$ 41.000 mil, junto dois bancos no exterior. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desse empréstimo no consolidado é de R\$ 165.821 (R\$ 159.553 em 31 de dezembro de 2018).
- (vi) Em 25 de fevereiro de 2019, as controladas indiretas Maxion Wheels EAAP Holding GmbH, Maxion Wheels Czech s.r.o. e a controlada direta Iochpe-Maxion Austria GmbH captaram empréstimo sindicalizado, envolvendo nove bancos, no montante de € 200.000 mil com taxa de 2,75% + Euribor de 3 meses, com vencimento para fevereiro de 2024, com dois anos de carência, e os recursos destinados para pagamento de empréstimos de curto-prazo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desse empréstimo é de R\$ 897.916. O referido empréstimo possui "covenants", os quais possuem os mesmos índices financeiros.
- (vii) Em setembro de 2018, a controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimo de longo prazo e capital de giro em rupia com taxa de MCLR ("Marginal Cost of Funds Based Lending Rate") + 0,15% a.a., sendo o saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 123.248. Os recursos deste empréstimo destinam-se ao financiamento dos investimentos da nova planta de rodas de alumínio na Índia.
- (viii) Em 12 de julho de 2019, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou empréstimo de capital de giro, no montante de € 55.000 mil com taxa de 1,15% a.a., e vencimento em 3 de julho de 2020. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desse empréstimo no consolidado era R\$ 249.355. O valor remanescente se refere a Maxion Wheels España S.L. com vencimento em julho de 2026 e antecipação de recebíveis na controlada indireta Maxion Wheels Czech s.r.o. com vencimento em janeiro de 2020.
- (ix) Em 12 de novembro de 2019, a controlada indireta Ingeniería Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V. ("Inmagusa") contratou empréstimo de capital de Giro em US\$ com o banco local com vencimento para novembro de 2020, em 31 de dezembro o saldo é de R\$ 40.335.

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	570.449	2.843.276
Captações	465.638	2.001.080
Provisão de juros e variação cambial	55.520	202.440
Passivo financeiro sobre debêntures conversíveis em ações - 6ª emissão	(105.545)	(105.545)
Passivo financeiro sobre debêntures simples com bônus de subscrição - 7ª emissão	(4.281)	(4.281)
Amortização do principal	(279.357)	(2.242.812)
Pagamento de juros	(47.797)	(173.932)
Custo a amortizar	(6.472)	(19.227)
Variação cambial na conversão	-	312.706
Saldo em 31 de dezembro de 2018	648.155	2.813.705
Captações	933.014	2.576.517
Provisão de juros e variação cambial	74.312	188.959
Amortização do principal	(315.417)	(2.387.914)
Pagamento de juros	(61.474)	(169.672)
Custo a amortizar	(10.262)	(22.701)
Variação cambial na conversão	-	62.689
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.268.328	3.061.583

Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas registradas no passivo não circulante possuem o seguinte prazo de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2021	2.841	72.467
2022	224.932	598.368
2023	564.898	936.687
2024	341.386	694.420
2025 em diante	109.918	110.944
Total	1.243.975	2.412.886

Os empréstimos de capital de giro denominados em moeda estrangeira mantidos pelas controladas do exterior são garantidos por avais da Companhia, no valor líquido de R\$ 511.869 (R\$ 595.489 em 31 de dezembro de 2018).

Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia são: (i) debêntures simples de 8ª emissão - ICVM nº 476; nominativas e escriturais de espécie quirográfrica, em série única, (ii) debêntures simples de 9ª emissão - ICVM nº 476; nominativas e escriturais de espécie quirográfrica, em duas séries; e (iii) debêntures simples de 10ª emissão - ICVM nº 476; nominativas e escriturais de espécie quirográfrica, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração.

As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizado em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição, tendo amortização de juros semestral. Os detalhes são como segue:

Debêntures	Categoria	Principal na data de emissão	Data de emissão	Vencimento final	Encargos financeiros	Valor em 31/12/2019
8ª emissão	Simple	450.000	28/03/2018	26/03/2023	100% CDI + 1,40% a.a.	452.884
9ª emissão	Simple	450.000	11/02/2019	11/02/2026	100% CDI + 0,80% a.a.	453.829
10ª emissão	Simple	350.000	16/09/2019	16/09/2024	100% CDI + 0,75% a.a.	352.397

9ª Emissão - debêntures simples - ICVM nº 476

- a) As debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos previstos na Escritura. Sobre o saldo devedor do valor nominal da 8ª emissão de debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada do CDI acrescido de 1,40% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.
- b) O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das debêntures, sem prejuízo do disposto na Escritura pela não observância do índice financeiro, observados os termos e procedimentos previstos na Escritura de Emissão, resultante do quociente da divisão da dívida líquida pelo "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", calculado semestralmente, que deverá ser igual ou inferior a 3,50 vezes.

Os contratos estão sujeitos às cláusulas restritivas ("Condições das Debêntures") de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem a manutenção de índice financeiro, tomando como base as demonstrações consolidadas da Companhia, cujas avaliações são feitas em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as cláusulas.

10ª Emissão - debêntures simples - ICVM nº 476

- a) Em 16 de setembro de 2019, a Companhia concretizou a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações (ICVM 476), no valor total de R\$ 350.000, distribuídas em duas séries, sendo a primeira série no valor total de R\$ 338.800 com prazo de vencimento de cinco anos, vencendo-se em 11 de fevereiro de 2024, e fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 0,75% ao ano, base 252 dias úteis, e a segunda série no valor total de R\$ 111.200 com prazo de vencimento de sete anos, vencendo-se em 11 de fevereiro de 2026, e fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 0,95% ao ano, base 252 dias úteis.
- b) O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das debêntures, sem prejuízo do disposto na Escritura pela não observância do índice financeiro, observados os termos e procedimentos previstos na Escritura de Emissão, resultante do quociente da divisão da dívida líquida pelo "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", calculado semestralmente, que deverá ser igual ou inferior a 3,5 vezes. Os contratos estão sujeitos às cláusulas restritivas ("Condições das Debêntures") de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem a manutenção de índice financeiro, tomando como base as demonstrações consolidadas da Companhia, cujas avaliações são feitas em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as cláusulas.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
No País	141.818	177.531	149.658	194.036
No exterior	2.164	3.009	977.163	1.122.861
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10.b)	2.256	4.423	-	-
Total	146.238	184.963	1.126.821	1.316.897

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda de controladas no exterior	-	-	47.587	56.961
ICMS	2.249	1.416	2.461	1.506
IPI	484	513	484	533
Cofins	415	16	436	225
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.320	3.873	4.538	3.619
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre a receita bruta	116	261	116	261
Outras	876	551	3.726	1.326
IVA - controladas no exterior:				
México	-	-	30.962	41.943
Outros países	-	-	30.750	15.527
Total	8.460	6.630	121.060	121.901

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários	2.696	2.852	72.133	74.533
Encargos sociais	18.292	17.448	48.861	41.849
Férias	49.726	51.587	83.076	92.988
Participação nos resultados	40.325	38.040	118.018	118.901
Total	111.039	109.927	322.088	328.271

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões fiscais e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas pendentes e constituiu provisões em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com os processos em curso, que são apresentadas a seguir juntamente com as movimentações durante o exercício:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2017	12.850	26.002	9.799	48.651	44.983	39.362	16.318	100.663
Adições	11.640	8.578	2.024	22.242	26.606	10.060	2.045	38.711
Pagamentos	(5.690)	-	(7)	(5.697)	(14.386)	-	(2.703)	(17.089)
Reversões	(5.157)	(1.262)	-	(6.419)	(21.851)	(1.445)	(2.662)	(25.958)
Atualizações	1.490	1.570	187	3.247	4.192	2.016	351	6.559
Variação cambial	-	-	-	-	223	1.400	641	2.264
Saldo em 31/12/2018	15.133	34.888	12.003	62.024	39.767	51.393	13.990	105.150
Adições	4.865	3.029	427	8.321	15.607	5.856	453	21.916
Pagamentos	(5.675)	(1.211)	(3.847)	(10.733)	(12.495)	(2.247)	(3.992)	(18.734)
Reversões	(3.744)	(6.198)	(4.555)	(14.497)	(17.071)	(6.208)	(6.362)	(29.641)
Atualizações	1.225	1.208	503	2.936	2.765	1.500	503	4.768
Variação cambial	-	-	-	-	55	300	(61)	294
Saldo em 31/12/2019	11.804	31.716	4.531	48.051	28.628	50.594	4.531	83.753

A seguir estão resumidas as descrições dos principais processos com chance de perda provável ou possível em que a Companhia e suas controladas figuram como parte, de acordo com a sua natureza.

Processos de natureza trabalhista

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos de natureza trabalhista. Os principais temas abordados versam, dentre outros, sobre adicionais de periculosidade e insalubridade, reconhecimento de garantias de emprego, ações movidas contra terceiros/prestadores de serviços que visam a condenação solidária/subsidiária da Companhia e/ou de suas controladas, e ações indenizatórias decorrentes de acidentes de trabalho típicos ou de doenças profissionais e ocupacionais, não existindo, no entanto, processos com valores de risco de perda individualmente relevantes.

Na controladora, o montante total discutido nos processos com chance de perda provável e possível é de R\$ 65.946 (R\$ 68.483 em 31 de dezembro de 2018), para o qual foi constituída provisão no valor de R\$ 11.804 (R\$ 15.133 em 31 de dezembro de 2018), representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável. No consolidado, o montante total discutido nos processos com chance de perda provável e possível é de R\$ 197.052 (R\$ 217.005 em 31 de dezembro de 2018), para o qual foi constituída provisão no valor de R\$ 28.628 (R\$ 39.767 em 31 de dezembro de 2018), representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

Adicionalmente, a Companhia figura como parte em ação coletiva movida pelo sindicato que representa os trabalhadores das duas unidades da Companhia localizadas em Limeira, SP, tendo por pedido a condenação da Companhia (i) ao pagamento de adicionais de periculosidade e/ou insalubridade, com reflexos trabalhistas, fiscais, previdenciários e fundiários, para empregados em determinadas funções, pelos últimos cinco anos; (ii) inscrição em folha de pagamento dos referidos adicionais para tais empregados no futuro; e (iii) honorários advocatícios sobre o valor da condenação. A ação coletiva é classificada como perda possível e está em fase inicial de instrução, não sendo possível estimar de maneira confiável o valor do passivo contingente.

Em 12 de setembro de 2019 foi celebrado, entre a Companhia e o Ministério Público do Trabalho - Procuradoria do Trabalho da 15ª Região no Município de São José dos Campos/SP, Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nº 45/2019, tendo por objeto formalizar a intenção da Companhia de adequar, de forma voluntária, as máquinas e equipamentos de sua propriedade instaladas na sua planta industrial localizada em Cruzeiro, SP, ao que determina a Norma Regulamentadora NR-12, dentro do prazo de 30 meses contados a partir da data de assinatura do referido TAC. O não cumprimento dos compromissos acordados no TAC poderá ensejar a aplicação de multa e eventualmente ajuizamento de ação civil pública em face da Companhia.

Processos de natureza tributária

A seguir estão indicados os montantes provisionados referentes aos processos de natureza tributária em que a Companhia e suas controladas são partes e cuja chance de perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PIS/Cofins (a)	7.055	11.903	8.305	12.149
INSS (b)	15.201	14.623	15.201	14.623
IPI (c)	4.435	4.331	4.435	4.331
IR - "Corporate Income Tax" (d)	-	-	14.465	13.765
Outros	5.025	4.031	8.188	6.525
Total	31.716	34.888	50.594	51.393

Na controladora e no consolidado, os montantes provisionados referem-se principalmente a:

- (a) Discussão judicial relativa ao afastamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP no cálculo do Seguro de Acidente de Trabalho - SAT.
- (b) Discussão judicial para anulação de débito de IPI relativo a um processo administrativo de responsabilidade da Companhia.
- (c) Procedimento de fiscalização sobre imposto de renda e outros tributos conduzida por autoridades fiscais da Alemanha, envolvendo as controladas indiretas da Companhia nesse país, relativa ao período compreendido entre 2009 e 2011, na qual se questionam: (i) o montante de juros deduzidos fiscalmente relativos a nota promissória intragrupo; e (ii) o valor de avaliação de certos direitos que foram capitalizados na controlada em 2011.

Processos de natureza cível

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figurava como parte em processos de natureza cível que envolvem contingência passiva, desses processos, o montante total de R\$ 4.531 (R\$ 12.003 em 31 de dezembro de 2018) foi avaliado pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável.

No consolidado, o montante total dos processos que envolvem contingência passiva com chance de perda provável era de R\$ 4.531 (R\$ 13.990 em 31 de dezembro de 2018).

Riscos classificados como perda possível

A Companhia e suas controladas são partes em processos de natureza tributária e cível envolvendo contingência passiva que não estão provisionados, pois apresentam chance de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível ou remota. Em 31 de dezembro de 2019, no consolidado, esses processos de natureza tributária e cível, cuja chance de perda é classificada como possível, totalizam R\$ 398.116 (R\$ 385.314 em 31 de dezembro de 2018) e referem-se principalmente a:

- a) Processo administrativo nº 3.127.787-1, de natureza tributária contra a Companhia, cujos termos versam sobre: (i) presunção de falta de emissão de documento fiscal (nota fiscal) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa de retorno de industrialização; (ii) presunção de recebimento de mercadorias sem documento fiscal (nota fiscal) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa de retorno de industrialização; (iii) aproveitamento de créditos de ICMS sobre aquisições de pessoas jurídicas do Simples; e (iv) entrega de arquivo digital (arquivo magnético SINTEGRA) em padrão ou forma não estabelecida na legislação. O item (i) do auto de infração anteriormente mencionado foi cancelado definitivamente na esfera administrativa, tendo sido apresentado pedido de retificação de julgado em face dos itens remanescentes, o qual aguarda julgamento interrompido por pedido de vista, sendo o montante total discutido classificado como de perda possível correspondente a R\$ 184.610.
- b) Autos de infração lavrados por autoridades fiscais da Espanha, relativos aos períodos compreendidos entre 2004 e 2009, processos nº 08/8972/2012 e nº 08/01138/2013, derivados de auditorias fiscais envolvendo as controladas Maxion Wheels Europe S.à.r.l. (anteriormente denominada HLI European Holdings ETVE, S.L.), Maxion Wheels España S.L. (anteriormente denominada Hayes Lemmerz Manresa, S.L.) e Hayes Lemmerz Barcelona, S.L., nos quais se questiona a dedutibilidade fiscal de juros relativos a empréstimos intragrupo realizados como parte de sua reestruturação corporativa e financeira; apresentada defesa administrativa, proferida decisão desfavorável em 1ª e 2ª instâncias administrativas, apresentado recurso para as cortes espanholas; aguarda-se decisão de 1ª instância judicial, cujo montante total discutido é de R\$ 37.060.
- c) Processo administrativo nº 16045.720014/2015-51, de natureza tributária contra a Companhia, referente à cobrança de IRPJ, acrescido de juros e multa de ofício de 75%, sob alegação de não quitação das estimativas mensais do ano-calendário 2011 - "Compensações Não Homologadas"; apresentada defesa administrativa, proferida decisão favorável em 1ª instância cancelando integralmente o débito, aguarda-se decisão de 2ª instância administrativa, sendo o montante total discutido classificado como perda possível de R\$ 22.224.
- d) Processos administrativos nº 16045.720012/2015-62 e nº 16045.720013/2015-15, que versam, respectivamente, sobre: (i) cobrança de IRPJ, sob a alegação de dedução indevida de imposto de renda pago no exterior, relativo ao ano-calendário 2011; e (ii) cobrança de CSLL, por reflexo do IRPJ exigido nos termos do item (i) anterior, ambos os tributos acrescidos de juros e multa de ofício de 75%, bem como processos administrativos nº 10860.9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Valor justo dos ativos do plano	31/12/2019					31/12/2018				
	Plano de benefício definido			Outros planos	Total	Plano de benefício definido			Outros planos	Total
	Alemanha	Espanha	México			Alemanha	Espanha	México		
Ativos do plano no início do exercício	1.592	19.072	1.058	4.917	26.639	1.434	20.656	844	3.922	26.856
Receita financeira	23	271	96	361	751	27	327	74	303	731
Contribuições pagas aos planos	24.457	34	-	3.910	28.401	24.286	497	-	4.162	28.945
Benefícios pagos pelos planos	(25.056)	(1.756)	-	(3.856)	(30.668)	(25.818)	(1.859)	-	(4.287)	(31.964)
Retorno esperado dos ativos dos planos	33	1.326	(17)	11	1.353	25	(2.988)	(9)	264	(2.708)
Variação cambial da conversão das demonstrações financeiras	565	429	90	167	1.251	1.638	2.439	149	553	4.779
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	1.614	19.376	1.227	5.510	27.727	1.592	19.072	1.058	4.917	26.639
Total do passivo não circulante	(420.468)	(9.010)	(6.266)	(80.188)	(515.932)	(400.577)	(6.850)	(3.829)	(59.797)	(471.053)
Custo líquido do benefício	31/12/2019					31/12/2018				
	Plano de benefício definido			Outros	Total	Plano de benefício definido			Outros	Total
	Alemanha	Espanha	México			Alemanha	Espanha	México		
Custo do serviço	(1.815)	(195)	(361)	(8.446)	(10.817)	(1.883)	(187)	(352)	(3.085)	(5.507)
Custo financeiro	(5.816)	(374)	(444)	(6.279)	(12.913)	(6.748)	(446)	(352)	(4.158)	(11.704)
Custo líquido do benefício	(7.631)	(569)	(805)	(14.725)	(23.730)	(8.631)	(633)	(704)	(7.243)	(17.211)

As premissas atuariais utilizadas para determinar o cálculo do custo e das obrigações foram as seguintes:

Média ponderada das premissas utilizadas	Pensão	Outros planos
Taxa de desconto - internacional	1,63%	6,49%
Taxa de aumento de salário - internacional	3,05%	5,00%
Taxa de aumento de inflação - internacional	2,25%	3,66%

A taxa de desconto foi calculada usando taxas de juros pontuais com aumento de meio ponto percentual para cada um dos próximos 30 anos e foi desenvolvida com base na informação de preço e rendimento para empresas de primeira linha, com prazo de vencimento entre 12 meses e 30 anos.

Análise de sensibilidade das obrigações

Em 31 de dezembro de 2019, mudanças nas taxas de desconto utilizadas para valorizar as obrigações de benefícios gerariam os seguintes impactos nas obrigações do plano de benefício definido e na duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos), conforme a seguir:

	Pensão	Outros planos
Cenário considerando uma redução na taxa de 50 "basis point" a:	0,30%	6,88%
Aumento na obrigação de benefício definido	28.158	6.700
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	12	16
Cenário considerando um aumento na taxa de 50 "basis point" a:	1,30%	7,88%
Redução na obrigação de benefício definido	26.400	6.190
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	12	16

Para desenvolver a premissa da expectativa de taxa de retorno de longo prazo dos ativos, foram considerados o retorno histórico e as expectativas futuras de retorno para cada classe de ativo, bem como o objetivo de alocação dos ativos do portfólio do plano de pensão.

Contribuições pagas aos planos

Em 2019, a controlada indireta Maxion Wheels contribuiu aos planos de benefício definido com R\$ 24.491 (R\$ 24.783 em 31 de dezembro de 2018).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$ 1.576.954.290,05 (um bilhão, quinhentos e setenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e noventa reais e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 153.719.601 (cento e cinquenta e três milhões, setecentas e dezenove mil, seiscentas e uma) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

No exercício social de 2019, o capital social da Companhia passou pelas seguintes variações:

(1) Nos termos do Artigo 166, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração homologou os seguintes aumentos de capital em decorrência do exercício dos bônus de subscrição (MYPK12), com a subscrição de uma ação de emissão da Companhia a cada bônus exercido, ao preço de R\$ 12,70 cada:

(i) Em 24 de abril de 2019, homologação do exercício de 1.766.277 bônus de subscrição, ou seja um aumento no capital social da Companhia de R\$ 22.432, passando o mesmo de R\$ 1.407.536, dividido em 150.574.876 ações, para R\$ 1.429.968, dividido em 152.341.153 ações;

(ii) Em 29 de maio de 2019, homologação do exercício de 655.582 bônus de subscrição, ou seja um aumento no capital social da Companhia de R\$ 8.326, passando o mesmo de R\$ 1.429.968, dividido em 152.341.153 ações, para R\$ 1.438.294, dividido em 152.996.735 ações; e

(iii) Em 24 de junho de 2019, homologação do exercício de 722.866 bônus de subscrição, ou seja um aumento no capital social da Companhia de R\$ 9.180, passando o referido capital social de R\$ 1.438.294, dividido em 152.996.735 ações, para R\$ 1.447.474, dividido em 153.719.601 ações.

(2) Em 4 de dezembro de 2019, a Assembleia Geral da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação de parte da reserva de capital, no montante de R\$ 129.480, passando o capital social para R\$ 1.576.954.290,05, dividido em 153.719.601 ações.

De acordo com o estatuto social, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, pode aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 82.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante emissão de novas ações ordinárias, sendo que, deste limite total, 58.856.229 ações já foram emitidas, restando passível de emissão o montante de 23.143.771 ações.

A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opções de compra de ações de sua emissão a seus administradores, colaboradores ou pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva estatutária de investimento e de capital de giro

Tem por finalidade assegurar investimentos produtivos e acréscimo do capital de giro, até mesmo mediante amortização de dívidas da Companhia, bem como capitalização e financiamento de controladas e negócios em conjunto. Será formada com parcela anual de, no mínimo, 10% e, no máximo, 58% do lucro líquido, que terá como limite máximo o importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

c) Destinação do lucro líquido

O lucro líquido do exercício, apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) 37% para a distribuição, como dividendos obrigatórios; e (iii) o restante que não for apropriado à reserva estatutária de investimento e de capital de giro ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

Em 15 de abril de 2019, foram pagos os juros sobre capital próprio referentes ao exercício de 2018.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	337.435	201.325
Realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos	5.327	12.546
Total a distribuir	342.762	213.871

Destinação do lucro:
(-) Reserva legal (5%) (17.138) (10.694)
(-) Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro (58%) (198.802) (124.045)
(-) Dividendos obrigatórios (101.191) -
(-) Juros sobre o capital imputados aos dividendos obrigatórios (25.631) (79.132)

Em 1º de julho de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio ("JSCP") no montante bruto de R\$ 28.197 equivalente a R\$ 0,1850616 por ação ordinária, correspondente ao valor líquido de R\$ 25.631, ou R\$ 0,1682176 por ação ordinária, já deduzido o IRRF, respectivamente.

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração na referida data, os JSCP serão imputados ao dividendo obrigatório referente ao exercício social de 2019 nos termos do artigo 42 do estatuto social da Companhia. O pagamento do JSCP e dos dividendos obrigatórios serão realizados até 31 de março de 2020, sendo que o valor dos referidos JSCP não sofrerá atualização monetária alguma.

d) Opções outorgadas reconhecidas

Pagamentos baseados em ações: referem-se ao resultado registrado com o plano de opções de compra de ações dos planos 2015 e 2014 deduzidas do exercício das opções elegíveis. Em 31 de dezembro de 2019, o total de ações canceladas foi de 15.499 (27.924 opções em 31 de dezembro de 2018).

e) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 1.355.089 ações ordinárias destinadas ao atendimento dos planos de outorga de opções no montante de R\$ 28.920. (1.224.208 ordinárias no montante de R\$ 26.022 em 31 de dezembro de 2018), como compromisso de plano de opções de compra de ações e programa de incentivo de longo prazo.

O valor de mercado dessas ações ordinárias mantidas em tesouraria correspondia ao total de R\$ 31.682 representado pela cotação de 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 23,38 por ação.

f) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituído em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes à época da adoção inicial dos CPCs e IFRS. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante e estão sendo realizados por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários. A "outras resultados abrangentes" é alocada variação cambial sobre investimentos no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional da Companhia.

g) Reserva legal

Constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

h) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2019, constituiu como os efeitos de correção do balanço em virtude de investimento efetuado na Argentina, decorrente de economia hiperinflacionária, e ágio decorrente da aquisição de participação de minoritários.

22. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 1º de dezembro de 2009, aprovou o plano de outorga de opções de compra de ações para administradores da Companhia, estando as condições individuais de cada beneficiário descritas nesse plano.

O beneficiário deverá ter destinado parte da gratificação anual paga pela Companhia, a título de participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes ("participação nos resultados"), a fim de adquirir, em Bolsa de valores, ações de emissão da Companhia ("ações próprias"). Para tais fins, o beneficiário deverá destinar a participação nos resultados, a fim de comprometê-lo nos percentuais definidos de 75%, 50% ou 25%. O percentual eleito pelo beneficiário para aquisição de ações próprias determinará o número de opções que o beneficiário terá direito a exercer. Caso o beneficiário deixe de destinar qualquer percentual da participação nos resultados à aquisição de ações próprias, não lhe será outorgada nenhuma opção.

O percentual de comprometimento da participação nos resultados para aquisição de ações próprias deverá ser definido e, consequentemente, comprovado pelo beneficiário à Companhia, mediante a apresentação da respectiva nota de corretagem até cinco dias após o fim do prazo para aquisição de ações próprias. O prazo para aquisição de ações próprias terá início no dia subsequente ao dia em que a Companhia informar aos beneficiários o preço de exercício e terá a duração de 15 dias corridos. Decorrido o prazo estabelecido, o Conselho definirá o número de opções outorgadas a cada beneficiário, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$O = (B \cdot M) / P$$

Em que:

O = número de opções outorgadas ao beneficiário.

B = valor, em reais, da participação nos resultados destinado pelo beneficiário à aquisição de ações próprias.

M = múltiplo sobre o valor da participação nos resultados destinado à aquisição de ações próprias, definido conforme as especificações a seguir.

P = preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA, imediatamente subsequentes ao término do prazo.

O múltiplo "M" mencionado anteriormente terá um valor numérico fixo para cada beneficiário, que será o seguinte:

a) Se o beneficiário tiver destinado 75% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 2,0.
b) Se o beneficiário tiver destinado 50% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 1,5.
c) Se o beneficiário tiver destinado 25% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 1,0.

A Companhia celebrará com o beneficiário, na data da definição das outorgas, o respectivo Contrato de Outorga de Opção de Ações, disciplinando os termos e as condições da outorga.

O preço de exercício das opções será equivalente ao preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA imediatamente antecedentes ao início do prazo de aquisição das ações próprias.

O preço de exercício das opções será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE, desde a data de início de cada programa até a data de exercício das respectivas opções.

Exercício das opções - as opções serão divididas em três lotes anuais iguais, em termos de quantidade de opções, exercíveis, respectivamente, em dois, três e quatro anos contados da data de cada programa. Terminado o correspondente prazo de carência, cada lote anual poderá ser exercido, total ou parcialmente, em uma única ou em diversas ocasiões, e a qualquer tempo, pelo prazo final e

extintivo de três anos, mediante notificação à Companhia, a cada exercício, com prazo de antecedência de dez dias. Após o decurso desse prazo, o beneficiário perderá o direito ao exercício das opções do lote anual correspondente, sem direito à indenização.

Nos programas de compra de ações de 2014, foram outorgadas 27.581 opções pelo preço de exercício de R\$ 23,34.

No quinto programa, constituído em 2015, o Conselho de Administração nos termos da cláusula 3.2.1 do Plano, modificado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 9 de maio de 2014, decidiu outorgar aos executivos um número de opções equivalente a 25% da sua participação nos resultados de 2014, sem a contrapartida de aquisição em Bolsa de Valores de ações próprias. Os executivos que decidiram investir os percentuais de sua participação nos resultados de 2014, na forma prevista dos planos anteriores, além dos 25% mencionados, receberam opções adicionais, conforme as regras do Plano.

No quinto programa de ações, foram outorgadas 50.393 opções pelo preço de exercício de R\$ 10,38.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações em circulação e os seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Preço médio de exercício por opção - R\$	Opções em circulação	Preço médio de exercício por opção - R\$	Opções em circulação
Saldo no início do exercício	25,45	57.919	24,80	98.803
Exercidas	12,84	(4.078)	12,68	(12.960)
Canceladas	35,04	(15.499)	33,73	(27.924)
Saldo no fim do exercício	26,70	38.342	25,45	57.919

Das 38.342 opções em circulação em 31 de dezembro de 2019 (57.919 em 31 de dezembro de 2018), 28.778 opções (28.800 opções em 31 de dezembro de 2018) são exercíveis.

Em 31 de dezembro de 2019, o preço de mercado das ações da Companhia era de R\$ 23,38 (R\$ 23,81 em 31 de dezembro de 2018). As opções foram mensuradas ao valor justo na data da outorga. A média ponderada do valor justo das opções em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5,93 (R\$ 6,41 em 31 de dezembro de 2018).

As opções foram precificadas com base no modelo "Black & Scholes", e os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções outorgadas foram os seguintes:

- Volatilidade de 32,6% estimada com base no desvio-padrão do preço de fechamento diário da ação considerando os preços de vencimento.
- Vida esperada da opção correspondente entre um e quatro anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 4,39%, 4,43%, 4,91% e 5,38%, para um, dois, três e quatro anos, respectivamente.

23. PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO

Em abril de 2016, de 2017, de 2018 e de 2019, o Conselho de Administração aprovou os planos de incentivo de longo prazo referentes aos resultados de 2016 a 2019 ("Programa 2016"), aos resultados de 2017 a 2020 ("Programa 2017"), aos resultados de 2018 a 2021 ("Programa 2018") e aos resultados de 2019 a 2022 ("Programa 2019"), respectivamente, os quais têm por objetivo: (i) promover o bom desempenho da Companhia e o atendimento dos interesses de seus acionistas por meio de um comprometimento de longo prazo por parte dos administradores e empregados da Companhia; e (ii) alinhar a remuneração e benefícios outorgados a determinados administradores e empregados da Companhia com a performance das ações de emissão da Companhia nas bolsas de valores e com a performance econômico-financeira da Companhia.

Nos termos e condições do plano de incentivo de longo prazo, os beneficiários do Programa de 2016, de 2017, de 2018 e de 2019 farão jus a prêmios em dinheiro referenciados (i) no valor das ações da Companhia em bolsa de valores; e (ii) no retorno sobre capital investido na Companhia ("Return On Invested Capital" ou "ROIC"). O recebimento dos prêmios denomina-se "Restricted Stock Unit", no primeiro caso, e "Performance Share", no segundo caso. Cada unidade outorgada, no valor de R\$ 14,26, R\$ 15,93, R\$ 22,64 e R\$ 22,84, para o Programa de 2016, de 2017, de 2018 e de 2019, respectivamente, equivale ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) dos 20 (vinte) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) anteriores à data de outorga em abril de 2016, de 2017, de 2018 e de 2019.

Os RSUs serão liquidados em 3 tranches, sendo que cada RSU será equivalente ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) dos 10 (dez) pregões antecedentes à data de liquidação. As PS de 2017, de 2018 e de 2019 serão liquidadas somente se o ROIC médio da Companhia apurado entre 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2020, entre 1º de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2021 e entre 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2022, respectivamente, for atendido de acordo com os índices estipulados pelo Conselho de Administração para cada Programa. As datas de liquidação de cada programa são conforme segue:

Programa	Tranche	Vencimento	RSUs e PSS em circulação
RSU - 2016	33,3%	27/04/2020	63.648
RSU - 2017	33,3%	26/04/2020	56.691
RSU - 2017	33,3%	26/04/2021	56.691
PS - 2017	100%	26/04/2021	170.243
RSU - 2018	33,4%	26/04/2020	50.657
RSU - 2018	33,3%	26/04/2021	50.506
RSU - 2018	33,3%	26/04/2022	50.506
PS - 2018	100%	26/04/2022	151.668
RSU - 2019	33,4%	26/04/2021	58.097
RSU - 2019	33,3%	26/04/2022	58.097
RSU - 2019	33,3%	26/04/2023	58.098
PS - 2019	100%	26/04/2023	174.292

Em 31 de dezembro de 2019, o montante total provisionado na controladora é de R\$ 1.401 e R\$ 2.411 (R\$ 1.490 e R\$ 2.910 em 2018) e no consolidado é de R\$ 3.146 e R\$ 5.358 (R\$ 3.098 e R\$ 6.326 em 2018) registrados nas rubricas "Outras obrigações", no passivo circulante e não circulante, respectivamente. As ações em tesouraria para fins de utilização dos recursos para o pagamento dos Programas de 2016, de 2017, de 2018 e de 2019 estão demonstradas na nota explicativa nº 21.e).

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	9.171	5.835	11.818	2.565
Receita com juros - plano de pensão	-	-	751	731
Descontos obtidos e juros ativos	200	104	200	106
Ganho financeiro sobre processos judiciais	1.755	2.343	1.776	2.343
Atualização monetária dos depósitos judiciais	-	2.936	-	3.082
Receita financeira sobre crédito de PIS e Cofins	-	-	42.610	-
Capitalização dos custos sobre empréstimos (CPC 20)	3.660	-	3.660	-
Outras	3.582	1.968	4.529	6.011
Total	18.368	13.186	65.344	14.838
Despesas financeiras:				
Juros passivos e encargos financeiros	(71.879)	(52.065)	(160.038)	(171.703)
Juros do plano de pensão	-	-	(12.586)	(11.704)
Atualização monetária das provisões para riscos	(2.936)	(3.247)	(4.768)	(6.559)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2.399)	(2.837)	(2.524)	(2.837)
Custo amortizado das emissões das debêntures	(2.467)	(2.466)	(2.467)	(2.466)
Despesas bancárias	(661)	(2.762)	(36.799)	(29.047)
Outras	(3.050)	(10.867)	(10.942)	(15.098)
Total	(83.392)	(74.244)	(230.124)	(239.414)

25. VARIAÇÃO CAMBIAL, LÍQUIDA

	Controladora	
--	--------------	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Nota explicativa	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos	15	9.218	-	39.163
Debêntures	15	1.259.110	-	608.992
Fornecedores	16	146.238	-	184.963
Total		1.414.566	-	833.118
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	5	646.137	-	486.903
Contas a receber de clientes	6	1.029.650	-	1.253.826
Mútuos	10	4.897	-	32.612
Derivativo da opção de compra	11	-	-	8.244
Total		1.680.684	-	1.773.341
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos	15	1.802.473	-	2.204.713
Debêntures	15	1.259.110	-	608.992
Fornecedores	16	1.126.821	-	1.316.897
Total		4.188.404	-	4.130.602

b) Valores justos

No caso da Companhia e de suas controladas, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas-correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos aos de mercado.

A comparação entre o valor justo e o custo amortizado dos empréstimos pode ser assim demonstrada:

	Valor contábil	Valor justo
	1.802.473	1.939.928

c) Gestão de riscos financeiros

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez.

No que tange aos créditos com clientes, a Companhia entende que, pelo fato de existir: (i) forte análise de crédito; (ii) acompanhamento permanente dos saldos em aberto; e (iii) os clientes serem representados por grandes montadoras com boa classificação de risco, o risco de crédito é controlado.

A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, conforme informações divulgadas na nota explicativa nº 6.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a área de Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Por meio de sua gestão de riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa consolidado e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próprias entidades, administrado pela Diretoria Financeira Corporativa. A Companhia investe sua liquidez de acordo com a sua gestão de risco financeiro, em aplicações com liquidez menor que 90 dias, por meio de depósitos em instituições financeiras.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e de suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	31/12/2019			Consolidado		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	146.238	-	-	1.126.821	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	92.912	70.658	1.364.097	762.363	171.160	2.501.706
Total	239.150	70.658	1.364.097	1.889.184	171.160	2.501.706

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas estarem sujeitas aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia e suas controladas têm investimentos em controladas diretas e indiretas no exterior e fluxos operacionais de compra e venda em outras moedas. A Companhia e suas controladas possuem política específica para a contratação de operações de "hedge" para mitigar esses riscos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo:				
Contas a receber de clientes (i)	12.268	4.873	787.053	984.351
Partes relacionadas no exterior	19.590	51.038	69	20.540
Total do ativo	31.858	55.911	787.122	1.004.891
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	9.724	1.793.256	2.170.776
Fornecedores (iii)	2.164	3.009	977.163	1.122.861
Partes relacionadas no exterior	2.256	4.565	-	-
Total do passivo	4.420	17.298	2.770.419	3.293.637
Exposição líquida	27.438	38.613	(1.983.297)	(2.288.746)
(-) Controladas no exterior com moeda funcional local	-	-	1.997.425	2.295.820
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	27.438	38.613	14.128	7.074

(i) No consolidado, em 31 de dezembro de 2019, 76,4% (78,5% em 31 de dezembro de 2018) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior, denominadas em dólares norte-americanos, euros e yuans.

(ii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2019, 58,6% (77,2% em 31 de dezembro de 2018) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local das controladas localizadas no exterior, denominados em dólares norte-americanos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

(iii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2019, 86,7% (85,3% em 31 de dezembro de 2018) referem-se a fornecedores mantidos pelas controladas localizadas no exterior denominados em dólares norte-americanos, euros e yuans.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominados em moeda estrangeira.

Risco de concentração

Os produtos da Companhia e de suas controladas são usualmente vendidos mediante ordens de compra de valores relevantes, colocadas periodicamente por um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de suas vendas. Atualmente, cerca de 65% da sua receita operacional é concentrada em dez clientes. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar negativamente a Companhia e suas controladas.

Risco de flutuação nos preços de aço e alumínio

Uma parcela significativa das operações da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e do alumínio tenha um acréscimo significativo e a Companhia e suas controladas não consigam repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensá-lo, a margem operacional será reduzida.

Análise de sensibilidade - consolidado

Os instrumentos financeiros, incluindo, quando aplicável, os instrumentos derivativos, estão expostos às variações em decorrência da flutuação de taxas de câmbio, taxas de juros (Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP) e taxa do CDI. As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis que foram consideradas pela Administração da Companhia são apresentadas a seguir:

i) Seleção dos riscos

A Companhia e suas controladas selecionaram três riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por elas detidos: (1) taxa de câmbio do dólar norte-americano/real; (2) taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (TJLP), (CDI) e (LIBOR); e (3) taxa de remuneração das aplicações financeiras (CDI).

ii) Seleção dos cenários

Foram considerados três cenários para análise de sensibilidade de risco para os indexadores desses ativos e passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. A CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários, com deterioração de 25% e 50% das variáveis de risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2019.

O cenário provável considerado pela Companhia é o cenário real da cotação do dólar norte-americano/real, TJLP, CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 31 de dezembro de 2019. Para tanto, foram consultados o "site" do Banco Central do Brasil - BACEN como fonte de dados para a cotação do dólar norte-americano/real, o "site" do BNDES para a TJLP, o "site" da B3 S.A. - para a taxa do CDI, o "site" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para o IPCA e o portal Bloomberg para a LIBOR.

Análise de sensibilidade de variações em moeda estrangeira

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2019, conforme demonstrado no quadro de exposição cambial do item "Risco de taxas de câmbio", foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e, por esse motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda que afete o fluxo de caixa dessas controladas.

Considerando essas exposições cambiais, em 31 de dezembro de 2019, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

	Cenário possível	Cenário remoto
Redução da cotação do dólar norte-americano	3.532	7.064
O cenário possível considera uma valorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 4,0307/US\$ 1,00 (R\$ 3,0230/US\$ 1,00), e o cenário remoto, uma valorização de 50% (R\$ 2,0154/US\$ 1,00). Os resultados à luz das paridades consideradas seriam perdas de R\$ 3.532 e R\$ 7.064 nos cenários possível e remoto, respectivamente.		

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Sobre o Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A. ("CAE" e "Companhia", respectivamente) é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que foi instituído, visando a adoção das melhores práticas de governança corporativa pela Companhia, na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de dezembro de 2011, na qual foi aprovado o seu Regimento Interno, tendo a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2012 aprovado sua previsão no Estatuto Social da Companhia.

O CAE é composto de 3 (três) membros eleitos em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de maio de 2017, tendo mandato de 10 (dez) anos a contar da referida data, nos termos do artigo 31-C da Instrução CVM nº 308/99, sendo dois membros independentes, um deles, membro do Conselho de Administração da Companhia e o outro, coordenador do CAE e especialista em contabilidade e finanças, sem exercer outra função na Companhia.

O CAE reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do CAE são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

Compete ao CAE avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria externa; supervisionar atividades de auditoria interna e controles internos e de administração de riscos da Companhia; assim como as demais atividades previstas no artigo 31-D da Instrução CVM

nº 308/99 e no Regimento Interno do CAE. As avaliações e atuação do CAE baseiam-se nas suas próprias análises e nas informações recebidas da Companhia e dos auditores externos.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi a empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões trimestrais (ITRs) do exercício de 2019.

As áreas de Auditoria Interna, Controles Internos e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia são subordinadas à Diretoria da Companhia, porém supervisionadas pelo CAE, conforme os termos da Instrução CVM nº 308/99.

Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário em 2019

O CAE reuniu-se em sessões ordinárias e extraordinárias quatorze vezes no exercício social de 2019, nas quais participaram membros da Diretoria, auditores internos e externos, além de outros membros da administração e empregados da Companhia, conforme convocados pelo CAE. O CAE também teve quatro reuniões com o Conselho de Administração, ocorridas em 11 de março, 27 de março, 28 de agosto e 27 de novembro de 2019.

Dentre os assuntos discutidos e as atividades realizadas no exercício, destacamos os seguintes:

1. acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna da Companhia, sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e das recomendações, como também as providências tomadas pela administração da Companhia, avaliação do orçamento da área de Auditoria Interna, tendo o orçamento da referida Auditoria

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável, por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros - risco da Companhia de aumento da taxa de juros

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Empréstimos e financiamentos - TJLP e cestas de moedas			
TJLP em 31 de dezembro de 2019	5,57%	6,96%	8,36%
Financiamentos indexados - TJLP - R\$ 7.155:			
Despesa financeira estimada	399	498	598
Efeito - perda	-	(99)	(200)

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Empréstimos e financiamentos - LIBOR 1 mês			
LIBOR em 31 de dezembro de 2019	1,76%	2,20%	2,64%
Empréstimo indexado - LIBOR 3 meses - R\$ 40.335:			
Despesa financeira estimada	711	887	1.065
Efeito - perda	-	(176)	(354)

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Empréstimos e financiamentos - LIBOR 3 meses			
LIBOR em 31 de dezembro de 2019	1,91%	2,39%	2,86%
Empréstimo indexado - LIBOR 3 meses - R\$ 165.821:			
Despesa financeira estimada	3.165	3.963	4.742
Efeito - perda	-	(799)	(1.578)

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Empréstimos e financiamentos - LIBOR 6 meses			
LIBOR em 31 de dezembro de 2019	1,91%	2,39%	2,87%
Empréstimo indexado - LIBOR 6 meses - R\$ 272.411:			
Despesa financeira estimada	5.209	6.511	7.818
Efeito - perda	-	(1.302)	(2.609)

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Debêntures - CDI			
CDI em 31 de dezembro de 2019	4,40%	5,50%	6,60%
Debêntures indexadas - 100% do CDI - R\$ 1.273.171:			
Despesa financeira estimada	56.020	70.024	84.029
Efeito - perda	-	(14.005)	(28.010)

Análise de sensibilidade de variações nas aplicações financeiras - risco da Companhia em caso de redução da taxa de juros

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Aplicações financeiras - CDI			
CDI - R\$ em 31 de dezembro de 2019	3,99%	3,00%	2,00%
Aplicações financeiras - 91,0% do CDI - R\$ 246.720:			
Receita financeira estimada	9.844	7.402	4.934
Efeito - perda	-	(2.443)	(4.910)

Em dezembro de 2019, as controladas Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S. e Maxion Inci Jant Sanayi A.S., em virtude de suas previsões de compras futuras de aço e alumínio e a fim de proteger o risco de variação de preço, assinaram contratos a termo para fixação de preço da referida "commodity". Em 31 de dezembro de 2019, o total das perdas líquidas não realizadas com esses contratos a termo de aço e alumínio, reconhecido na rubrica "matérias-primas" (nota explicativa nº 7), era de R\$ 335, tendo sido registrado em contrapartida à rubrica "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados" (nota explicativa nº 27) no resultado do exercício. As operações possuem prazos de liquidação, os quais levam em consideração a previsão das compras, entre um e nove meses da data de contratação. Em 31 de dezembro de 2019, as operações em aberto totalizam nove contratos, com vencimentos previstos entre 31 de janeiro de 2020 a 30 de setembro de 2020 e estão assim resumidas:

Objeto amparado	Risco	Contraparte	Valor nocional (em milhares)		Perda valor de mercado
			€	R\$	
Estoques	Preço de "commodities"	Turkiye Is Bankasi A.S.	24.973	112.809	(335)

30. GESTÃO DE CAPITAL

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do "Weighted Average Cost of Capital - WACC" (Custo Médio Ponderado de Capital).

A dívida em relação ao capital é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.268.328	648.155	3.061.583	2.813.705
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(263.853)	(66.788)	(646.137)	(486.903)
Dívida líquida	1.004.475	581.367	2.415.446	2.326.802
Total do patrimônio líquido	3.228.478	2.921.950	3.496.976	3.198.527
Relação dívida líquida sobre patrimônio	31%	20%	69%	73%

31. RESULTADO POR AÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Denominador:		
Média ponderada da quantidade de ações	152.553.741	149.704.575
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(1.328.801)	(1.124.119)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	151.224.940	148.580.456
Numerador - básico:		
Lucro líquido do exercício - R\$	337.435.372	201.325.482
Lucro líquido do exercício por ação básico - R\$	2.231.325	1.350.499
Denominador - diluído:		
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	151.224.940	148.580.456
Quantidade de ações - referente ao plano de outorga de opção de compra de ações	38.342	52.887
Média ponderada da quantidade de ações	151.263.282	148.633.343
Numerador - diluído:		
Lucro líquido do exercício	337.435.372	201.325.482
Lucro líquido do exercício por ação diluído - R\$	2.230.778	1.354.511

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 8 - Informações por Segmento requer que os segmentos sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é representado pelo Presidente.

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento (automotivo), tendo uma estrutura de gestão matricial em que somente as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em níveis mais detalhados, uma vez que os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e por suas controladas são divididos entre as divisões Maxion Wheels e Maxion Structural Components.

A receita líquida está representada da seguinte forma para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Receita líquida	Participação	Receita líquida	Participação
Operações na América do Sul - Brasil	2.680.917			

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

10. acompanhamento do processo de troca dos auditores independentes, participando de reuniões com os potenciais auditores e ao final apresentando a sua opinião ao Conselho de Administração da Companhia.

Adicionalmente, manifestamos que não foram identificadas situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Conclusão

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do referido Comitê, procederam à análise das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas do relatório da administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, considerando as informações prestadas pela Companhia e pela Deloitte Touche

Tohmatsu Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

São Paulo, 5 de março de 2020.

Edward Ruiz Edmilson Baraldi Luiz Antônio Corrêa Nunes Viana de Oliveira
Coordenador

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da Iochpe Maxion S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Iochpe-Maxion S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Avaliação sobre o reconhecimento de créditos tributários relacionados a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS**Por que é um PAA?**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, através de sua controlada direta Maxion Wheels do Brasil Ltda., obteve o trânsito em julgado no Supremo Tribunal Federal para os processos referentes a inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, garantindo à Companhia e à referida controlada, o direito de reaverem os valores já recolhidos e não prescritos de PIS e COFINS, devidamente corrigidos monetariamente. Em função disso, foram reconhecidos créditos de PIS e COFINS em montantes relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais foram mensurados considerando julgamentos e premissas da administração. O processo de mensuração de tais créditos envolveu um volume relevante de informações, bem como julgamentos significativos da administração sobre a determinação dos montantes reconhecidos.

Devido à relevância dos valores envolvidos, ao julgamento significativo na determinação das premissas base para mensuração do referido ativo e ao impacto que eventuais alterações nas premissas consideradas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação do processo da Administração para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários, avaliação da documentação da decisão judicial e opiniões legais emitidas considerando os aspectos legais e tributários da legislação brasileira para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia e sua controlada sobre o reconhecimento e a mensuração do ativo reconhecido, assim como a análise dos cálculos e documentações suporte dos montantes a serem compensados, sendo que tais procedimentos foram efetuados com o suporte técnico de especialistas em tributos. Adicionalmente, em base amostral, recalculamos o montante do crédito e solicitamos documentação suporte dos itens selecionados para teste documental, assim como analisamos a estimativa de recuperação dos créditos tributários reconhecidos, bem como sua apresentação entre ativo circulante e não circulante.

As divulgações da Companhia sobre os saldos de créditos tributários reconhecidos estão apresentadas na nota explicativa nº 8.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que os saldos, assim como as respectivas divulgações quanto ao reconhecimento de créditos tributários relacionados a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Redução ao valor recuperável de ágio e de ativo imobilizado - "impairment"**Por que é um PAA?**

A Companhia possui saldos significativos de ágios e de ativos de longo prazo registrados que podem apresentar risco de realização e, conseqüentemente, a redução de seus valores recuperáveis. O risco dá-se não somente pela relevância dos saldos, com também pelo impacto do cenário econômico local e global na determinação das premissas de crescimento e da taxa de desconto utilizada na "Análise da provisão para não realização de ativo imobilizado e de ágio", conduzida pela Companhia, e pelo alto grau de julgamento envolvido na determinação das estimativas por parte da Administração. Dessa forma, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos controles relevantes determinados pela Administração com relação à análise do valor recuperável dos ativos, além da análise dos planos de negócios da Companhia, global e por unidade geradora de caixa, com o suporte técnico de especialistas em valuation, quando aplicável, na avaliação e no desafio das premissas de crescimento de receita e da taxa de desconto utilizadas pela Administração na "Análise da provisão para não realização de ativo imobilizado e de ágio - 'impairment'". Examinamos, também, a adequação das divulgações da Companhia com relação ao assunto.

As divulgações da Companhia sobre as práticas contábeis e os saldos estão apresentadas, respectivamente, nas notas explicativas nº 4, nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável dos ágios e do ativo imobilizado, preparado pela Administração da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossa análise de sensibilidade, consideramos que as avaliações, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 5 de março de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Fernando Augusto Lopes Silva
Contador
CRC nº 1 SP 250631/O-7